Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VIII Legislatura **Número: 57**

III Sessão Legislativa **Horta, Terça-Feira, 21 de Novembro de 2006**

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: Deputados *António Loura* e Cláudio Lopes

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 20 minutos)

A **Agenda da Reunião** foi constituída por um único ponto, a continuação do debate das **Propostas de Decreto Legislativo Regional – "Plano Regional Anual para 2007"** e **"Orçamento Regional Anual para 2007".**

Usaram da palavra os Srs. Deputados Piedade Lalanda *(PS),* Cláudia Cardoso *(PS),* Costa Pereira *(PSD),* Helder Silva *(PS),* Paulo Gusmão *(Indep.),* Artur Lima *(CDS/PP),* Osório Silva *(PS),* Francisco Coelho *(PS),* Luís Henrique Silva *(PSD),* Manuel Avelar *(PS),* José Ávila *(PS),* Nuno Tomé *(PS),* José Manuel Bolieiro *(PSD),* José San-Bento *(PS),* José Rego *(PS),* António Pedro Costa *(PSD),* António Maria Gonçalves *(PSD),* Herberto Rosa *(PS),* bem como os Srs. Secretários Regionais da Educação e Ciência *(Álamo Meneses),* da Economia *(Duarte Ponte)* e da Habitação e Equipamentos *(José Contente).*

Antes do encerramento dos trabalhos foi apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão *(Indep.)*, um requerimento para atribuição de mais tempo para debate.

Submetido à votação, o requerimento foi rejeitado por maioria.

(Os trabalhos terminaram às 20 horas)

Presidente: Boa tarde, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo. Bem-vindos!

Vamos retomar os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Secretário para proceder à chamada.

Eram 15 horas e 20 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados

Partido Socialista (PS)

Alberto da Silva **Costa**

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda **Moniz**

António Gonçalves Toste **Parreira**

António José Tavares de **Loura**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da **Costa**

Fernanda Correia Garcia **Trindade**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**

Hélder Guerreiro Marques **Silva**

Henrique Correia **Ventura**

Hernâni Hélio **Jorge**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José de Sousa **Rego**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Gaspar Rosa de **Lima**

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Luís Paulo de Serpa **Alves**

Manuel Avelar Cunha Santos

Manuel Herberto Santos da **Rosa**

Manuel Soares da **Silveira**

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Maria **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Mariana Rego Costa de **Matos**

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**

Nuno André da Costa Soares **Tomé**

Osório Meneses da **Silva**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos **Reis**

Alberto Abílio Lopes **Pereira**

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Maria da Silva **Gonçalves**

António Pedro Rebelo **Costa**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Jaime António da Silveira **Jorge**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Fernando Dinis **Gomes**

José Manuel Avelar **Nunes**

José Manuel Cabral Dias **Bolieiro**

Luís Henrique da **Silva**

Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos **Duarte**

Mark Silveira **Marques**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Sérgio Emanuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Deputado Independente (Ind.)

Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Presidente: Estão presentes 52 Deputados.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) **Secretário Regional da Educação e Ciência** *(Álamo Meneses):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Cabe-me hoje apresentar o Plano e o Orçamento nas áreas da responsabilidade da Secretaria Regional da Educação e Ciência.

É um Plano e Orçamento que se inserem na realização dos objectivos estratégicos que foram estabelecidos nas organizações a médio prazo para esta área e também nos instrumentos sectoriais aplicáveis, desde logo, na Carta Escolar e no Plano Regional de Emprego.

Todo este investimento, todo o trabalho da secretaria, todo o seu planeamento, se inserem no objectivo último que é qualificar os recursos humanos potenciando a sociedade do conhecimento. É esse o objectivo final de todo o trabalho que a secretaria desenvolve. Desde logo, na concretização da Carta Escolar, área em que o Governo Regional prevê um investimento na ordem dos 35,5 milhões de euros, a que acresce 1,7 milhões para aquisição de equipamentos escolares e 3,2 milhões para a intervenção específica em Rabo de Peixe.

A nossa acção vai continuar a guiar-se por duas linhas: por um lado, o completar da rede criando escolas nas zonas rurais que ainda não são servidas

com os estabelecimentos de educação que necessitam, por forma a evitarmos o deslocamento precose para as povoações maiores e reduzindo as viagens que diariamente os alunos têm que fazer e, por outro lado, na melhoria da qualidade das infra-estruturas escolares existentes.

Na realidade, nós estamos a substituir os edifícios escolares que foram construídos na década de 80 que, apesar de nesta altura terem pouco mais de 10 anos e onde deveriam estar no seu melhor, deviam estar em plena exploração, devido a erros básicos cometidos no seu planeamento, projecto e execução, estão neste momento muito degradados e necessitam de substituição quase completa.

Não fora esta realidade e os Açores teriam hoje um dos melhores parques escolares do país e mesmo da Europa.

Uma boa parte, para não dizer a maioria do investimento que o Governo Regional tem vindo a fazer, é investimento de reposição de edifícios escolares que não foram construídos com a qualidade que deveriam ter sido.

Hoje temos escolas construídas no plano dos centenários, 20 anos antes dos edifícios da década de 80, que têm melhor qualidade e melhor comportamento do que aqueles que foram construídos na década de 80.

Neste âmbito, para além da construção de novos edifícios escolares cujos maiores, em curso, são a Escola Secundária da Horta, a Escola Básica e Secundária Tomás de Borba, na Terceira, e a construção que se iniciará também, espero que a breve trecho, de uma nova Escola Secundária para Vila Franca, há todo um trabalho de requalificação que se distribui um pouco por todas as ilhas da Região.

Mas o objectivo final destas obras é a melhoria da qualidade das aprendizagens através da eliminação dos obstáculos colocados pela má qualidade ou inadequação das estruturas físicas ao desenvolvimento do processo de ensino.

Nos últimos anos foi possível eliminar cerca de 90% das situações de desdobramento e funcionamento em horário desfasado, um processo que terá no próximo ano um novo avanço com entrada em exploração de novos edifícios.

Teremos apenas edifícios a funcionar em desdobramento em dois concelhos da Região e mesmo nesses concelhos já com uma situação minoritária quando há 10 anos atrás era a norma, em boa parte dos Açores.

Outra área de grande investimento é a dotação das escolas com os equipamentos informáticos e outros que são necessários para melhorar a qualidade do ensino. Nessa área, o investimento estimado ultrapassará os 10 milhões de euros.

Não perdendo de vista que a qualificação académica é o principal objectivo do investimento que estamos a fazer em educação, a despesa orçamentada para o sector educativo aproxima-se dos 200 milhões de euros, o que se estima ser cerca 9% do Produto Interno Bruto da nossa Região.

Mas a qualificação dos recursos humanos não passa só pela melhoria da qualificação académica, passa também pela qualificação profissional, área fundamental para a melhoria da empregabilidade dos açorianos.

Nessa área, a execução do novo Quadro Comunitário, no qual os fundos destinados à formação profissional têm um crescimento de cerca de 100%, aproximando-se para a totalidade do quadro das duas centenas de milhões de euros, no próximo ano, o funcionamento do sistema de formação e de qualificação profissional absorverá cerca de 48,8 milhões de euros. A esse valor acresce o investimento específico que será feito em sectores profissionais como a formação do pessoal do sistema educativo, 1,3 milhões de euros, a formação dos funcionários públicos, a formação na agricultura e a formação das pescas, áreas que têm orçamentos específicos para a formação profissional.

É um investimento sem precedentes na qualificação dos recursos humanos, o que permitirá dar um novo fôlego a um sector que já é pujante entre nós, pois somos a Região onde a formação profissional mais cresceu e onde abrange uma maior percentagem dos nossos jovens.

Contamos, até ao fim desta legislatura, ter cerca de 50% dos nossos jovens em formação profissional.

Nesta área o sucesso, pese embora o agoiro daqueles que querem a todo o custo ver o desemprego crescer, é já claro, com taxas de empregabilidade

directa na casa dos 85% e uma taxa de desemprego que se tem mantido sempre abaixo dos 4.5%.

É, de facto, uma área em que o investimento feito já apresenta claros resultados.

Outra área importante é a área da juventude.

Nesta área o principal investimento vai para a mobilidade juvenil e para a ocupação dos tempos livres dos jovens com cerca de 3,6 milhões de euros.

Pretende-se, com estas acções aumentar a mundividência de jovens e propiciar experiências que ajudem às escolhas académicas e profissionais, através de experiências de contacto com a vida profissional através dos programas de ocupação dos tempos livres dos jovens.

Na área da ciência e da tecnologia pretende-se investir cerca de 9,5 milhões de euros centrados em objectivos estratégicos que visam fortalecer o sistema científico e tecnológico regional e melhorar a acessibilidade às tecnologias da informação e comunicação.

Esta última área, as tecnologias de informação e comunicação, absorvem a maior parte do investimento com destaque para as acções que visam a divulgação e o aumento da acessibilidade pública à Internet.

Na área do desporto, no qual já se fará reflectir as mudanças que foram introduzidas nas estratégias de fomento desportivo em resultado do novo regime de apoios ao associativismo desportivo, que foi aqui aprovado no ano passado, são investido cerca de 12,4 milhões de euros.

A maioria deste dinheiro destina-se às áreas ligadas à formação e à promoção da actividade física e desportiva, áreas onde necessariamente terá que ser concentrada a maior parte do esforço do investimento e do financiamento público.

São estas as principais linhas estratégicas que orientam o investimento público na área da educação e ciência: formação, qualificação profissional, trabalho, juventude e desporto.

Com este investimento o Governo Regional continuará a melhorar a qualificação académica e profissional dos açorianos, preparando o nosso capital humano, afinal, aquela que é a maior riqueza dos Açores.
O desempenho do nosso mercado laboral com a melhor taxa de desemprego da Europa e o crescimento sustentado da qualificação académica e profissional e todos os indicadores de escolaridade são prova de que estamos no caminho certo.
Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Gostava de informar o plenário que se encontra de visita à Assembleia uma turma do curso de gestão da Escola Profissional da Horta, mais a sua professora.
Dou-vos as boas-vindas! Ainda bem que vieram conhecer o nosso trabalho.

(Aplausos da Câmara)

Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.
Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.
(*) **Deputada Piedade Lalanda** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:
Eu gostava de me congratular com a política educativa que a Região tem adoptado e em particular com as referências que o Sr. Secretário fez à recuperação do parque escolar degradado, muito dele construído nos anos 80 e que já foi construído sem as devidas cautelas para evitar a sua degradação rápida, se calhar, também um pouco na sequência de uma falta de investimento na própria educação em governos anteriores à presença do PS no Governo.
Gostava que o Sr. Secretário nos esclarecesse sobre a outra dimensão importante para que a escolarização seja realmente uma aposta ganha na Região, que tem a ver com as alternativas que o Governo Regional tem

desenvolvido para combater, por um lado, o abandono escolar e, por outro, o insucesso escolar.

Tem-se falado várias vezes aqui de insucesso escolar. Sabemos que não é um processo fácil de ser alterado, mas recentemente foi lançado o Programa PER. Em que medida é que nós estamos a conseguir que os jovens das escolas possam ter alternativas de sucesso educativo que não seja o sistema regular comum aos seus outros colegas?

Que sucesso têm tido os Programas Oportunidade e Profij, como forma estratégica de tornar a escola mais atractiva, uma vez que não passa só pelos espaços físicos, pela construção do espaço, apesar de ser extremamente importante a qualidade dos espaços escolares?

Como é que se torna a escola mais atractiva do ponto de vista da relação da criança e dos jovens com a sua aprendizagem?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) **Secretário Regional da Educação e Ciência** *(Álamo Meneses):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em relação às alternativas que as nossas escolas têm oferecido elas têm vindo ao longo dos últimos anos a crescer de forma estrategicamente coordenada com a área do emprego.

É preciso não esquecer que tradicionalmente as nossas escolas estavam voltadas apenas para uma forma de ensino, para o ensino que no seu limite conduzia ao acesso ao ensino superior e não tinham qualquer oferta em termos profissionalizados.

O ensino profissional na Região, há 10 anos atrás, resumia-se à Escola Profissional das Capelas e a outras duas escolas, uma na Praia da Vitória e outra em Ponta Delgada, e uma escola, que nessa altura era nascente, em São Jorge, mas que abrangia um universo muito pequeno de alunos.

Ao longo dos últimos anos, dentro das escolas do ensino regular, foram criados os cursos profissionais do Profij que nesta altura já abrangem cerca de 15% do total dos alunos a que se somaram as escolas profissionais que já começam a ter um número de alunos significativo face ao total.

Nesta altura, comparando apenas o ensino secundário com o ensino profissional, nós estamos quase a atingir a paridade, ou seja, quase 50% do universo dos alunos que estão na idade de frequência do ensino secundário estão a frequentar o ensino profissional.

O ensino profissional tem sido nos Açores um dos maiores sucessos através da qualidade que tem conseguido imprimir às suas aprendizagens. É preciso não esquecer que nós, nestes últimos anos, em todos os campeonatos de formação profissional, temos trazido prémios para os Açores, nalguns casos prémios muito honrosos em campeonatos mundiais, o que demonstra a qualidade do nosso sistema de ensino profissional, e temos sido capazes de atrair um universo cada vez maior e cada vez melhor de alunos para o ensino profissional.

Na outra área, na área da diversificação para os alunos que têm dificuldades de aprendizagem, tem-se feito um trabalho notável em muitas das nossas escolas em que tem sido possível, quer para os alunos que são portadores de deficiência, através do Programa Cidadania, quer para os alunos que têm dificuldades graves de aprendizagem, através do Programa Oportunidade e mais recentemente através do Encaminhamentos, reduzir substancialmente o número de retenções repetidas e encaminhar esses alunos para caminhos que lhe permitem quer uma saída profissional, quer um reingresso no currículo normal e um percurso com sucesso dentro do sistema educativo.

É uma das histórias do sucesso nos Açores e estou convencido que o caminho que nós estamos a seguir e que aliás já começa a ser seguido a nível nacional, seguindo aquilo que foi a experiência nos Açores, é um caminho que levará a que dentro de algum tempo (nestas coisas da educação os resultados levarão tempo a chegar) nós consigamos ultrapassar um dos problemas estruturais do nosso sistema educativo que é o excessivo número de retenções.

Muito obrigado.

Presidente: Não há mais pedidos de esclarecimentos sobre esta intervenção.

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este corresponde ao momento anual em que depositamos as nossas energias em dois documentos fundamentais para a sociedade açoriana: o Plano de Investimentos e o Orçamento do Governo Regional dos Açores para o próximo ano. E temos assistido nos últimos anos à apresentação a esta Câmara de dois documentos sólidos. Porque fruto de uma estratégia consolidada. Porque fruto da experiência de dez anos de governação do Partido Socialista. De dez anos de progressivo controlo das contas públicas, já liberto das conhecidas dívidas a fornecedores. De paulatina convergência com o PIB nacional e com o dos nossos congéneres europeus, de contenção da despesa, e de rigor orçamental na elencagem das prioridades.

Não causa já espanto nem comoção a segurança com que estes documentos são apresentados, e com que são discutidos e votados. Nem admira sequer que assim seja perante esta oposição histérica com os sucessos alheios e tranquila nos desaires caseiros.

Que se atém invariavelmente às migalhas e que esquece o fulcro. E que bate sempre pelo mesmo lado. À laia do aluno marrão que não foge ao texto que decorou. Isto é também, meus senhores, um verdadeiro exemplo de insucesso escolar!

Iniciamos agora o debate do Plano e Orçamento para 2007 envolto no habitual lamento da oposição. O de que não é atendida, o de que ninguém lhe liga, o de que vê declinadas as suas propostas e o anúncio costumeiro de que votará contra os mesmos.

Este ano com a novidade de que há nestes documentos falta de transparência e de que as verbas não desagregadas são – pasme-se! – um saco azul. Uma denúncia ridícula e infundamentada quando se sabe que as verbas não desagregadas correspondem a um valor residual e são menos de metade daquilo que eram há dez anos atrás.

Na verdade, incapaz de cumprir a mais elementar das suas funções a oposição é um antro de vozes difusas, não se sabe ao que vêm, não se sabe se concorda discordando, ou se discorda concordando, ou se concordaria se não lhe fosse imposto discordar!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Teias que o império tece! É esta a oposição que temos! Já sem chama, votando mecanicamente contra investimentos estruturantes para a Região e para cada uma das suas ilhas, e incapaz de dar o salto.

Entretanto, o Governo Regional faz o que lhe compete. Prevê, apresenta, e executa. Governa porque tem governo e não liga aos sucessivos desgovernos que por aí andam! Mas deve saber o Governo, porque tem memória, que as alterações que a oposição vier a propor apenas servem um propósito: o de provar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não quer atender as suas reivindicações. E alertamos o Governo para a inglória missão de esclarecer quem não pretende qualquer esclarecimento e o de atender a quem não pretende no fundo mais do que não ser atendido.

O nosso governo deve governar! De forma clara e transparente, de forma eficaz e desassombrada. Sem peias nem santos. Com clarividência e oportunidade. Com o impulso reformista que lhe é reconhecido no sector da educação, cujas reformas, felizmente agora, começam a tomar forma na República. Nós por cá fizemos muito e em muito pouco tempo. E continuamos a fazer.

Nem valerá a pena perdermos tempo a comparar o que é o sistema educativo regional com o que era há 10 anos atrás. Mas conhecemos todos as diferenças, até porque estão à vista. E sabemos todos que em política é inglório continuar a negar as evidências.

Em matéria de infra-estruturas, em matéria de pessoal docente, na questão da gestão e da autonomia das escolas, ao nível do abandono que é residual e do sucesso escolares, e no que diz respeito à diversificação da oferta educativa. Estamos por isso, não nos coibimos de o dizer, orgulhosos das nossas

conquistas, mas ainda assim atentos às dificuldades. Às velhas e às novas dificuldades. Algumas criadas pelas nossas medidas que, revolucionando o sistema educativo regional e trazendo-lhe mais sucesso, lhe criaram também novos obstáculos.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Plano para 2007 é um documento que concretiza as políticas de Governo, as já delineadas nas Orientações a Médio Prazo e as assumidas anualmente. É um plano de continuidade. No investimento, no volume adstrito às infra-estruturas, na manutenção do investimento em equipamentos escolares. Traça uma rigorosa elencagem das prioridades, quer tenham ou não sido assumidas eleitoralmente, mantendo níveis altos de investimento.

O **Plano para 2007** traça, com clareza e determinação, a aposta em novas infra-estruturas e na continuação das já iniciadas. A Região ficará progressivamente dotada de uma rede escolar renovada e bem equipada. O contexto em que este Plano é apresentado caracteriza-se pelos seguintes indicadores. O quadro global das matrículas na Região sofreu no ano transacto uma alteração que se prende com o aumento do número total de matrículas, devido ao crescimento do ensino pré-escolar, e às matrículas no ensino profissional da rede privada, já que as matrículas no ensino regular continuam uma tendência decrescente, com excepção do Ensino Secundário.

O ensino profissional é aquele que regista um crescimento contínuo, na ordem dos 33% no que ao PROFIJ diz respeito. A taxa de escolarização apresenta valores crescentes na quase totalidade das idades consideradas. Em termos de evolução verifica-se que há uma diminuição do número de estabelecimentos, devido à reestruturação da rede escolar que se verificou nos últimos anos, assentando, entre outros princípios, na integração vertical da educação pré-escolar e do Ensino Básico e na concentração das actividades escolares do 1º ciclo e da Educação Pré-escolar num único edifício ou conjunto de edifícios em cada freguesia, justificando deste modo a diminuição verificada.

O número das salas de aula da rede escolar também tem vindo a aumentar, o que se pode explicar pelo facto de se ter seguido uma orientação de expansão do Ensino Secundário na generalidade dos concelhos da Região, tendo levado à ampliação das infra-estruturas já existentes, nomeadamente no que se refere a laboratórios e a outros espaços específicos destinados ao ensino experimental das ciências e das tecnologias, e até mesmo à construção de raiz de escolas para aquele nível de ensino.

Os princípios que presidiram à elaboração do Plano de investimentos para 2007 no sector da educação prendem-se com a necessidade de criar um sistema educativo mais autónomo e descentralizado, capaz de responder com flexibilidade e qualidade às necessidades específicas da Região, necessariamente dispersa, com baixa densidade demográfica e evidenciando uma crescente concentração urbana.

Entre estes princípios encontra-se a necessidade de aprofundar e optimizar a integração vertical da Educação pré-escolar e do Ensino Básico nas unidades orgânicas já em funcionamento (Escolas Básicas Integradas), criando as condições necessárias para um acompanhamento do percurso educativo dos alunos durante toda a escolaridade básica.

Optou-se ainda pela eliminação progressiva das escolas de lugar único, deslocando os alunos para estabelecimentos de ensino com uma oferta educativa de melhor qualidade.

Um terceiro princípio prende-se com a solução encontrada para a redução do insucesso e do abandono escolar precoce através do encaminhamento de alunos para cursos profissionais nas escolas do ensino regular, os chamados PROFIJ, e da diversificação das ofertas educativas.

Um dos princípios que nos parece seguramente basilar para o sector educativo regional é o da continuação do plano de construção de novas escolas e de requalificação das já existentes no sentido de modernizar o parque escolar e de

criar condições para que os centros escolares não excedam os 900 alunos, dando cumprimento às recomendações internacionais nesta matéria.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O investimento global no objectivo **"Qualificar os recursos humanos potenciando a sociedade do conhecimento"** é de 127 milhões de euros, correspondendo a 21% do investimento global do Plano. Este montante de investimento representa um crescimento na ordem dos 20 milhões de euros em relação ao Plano para 2006, e um crescimento de 14 milhões de euros em relação às Orientações a Médio Prazo, que previam um volume de investimento na ordem dos 113 milhões de euros, significando assim um aumento na ordem dos 12%.

O Objectivo "Qualificar os recursos humanos potenciando a sociedade do conhecimento" compreende 5 programas, sendo que o Programa 1 "Desenvolvimento das infra-estruturas educacionais e do sistema educativo" é o segundo mais bem dotado, com uma verba que ascende a 40.035.341€, correspondendo a 29,8% do total do objectivo, e apresentando uma diferença de cerca de 1 milhão de euros em relação ao Plano para 2006, num crescimento da ordem dos 2,3%.

Este Programa reparte-se por 5 projectos, sendo o mais dotado o Projecto 1.1. "Construções escolares", com um montante na ordem dos 33.5 milhões de euros (33.538.341€), correspondendo a 84% do volume total do Programa. E que contempla investimentos significativos como sejam a acção 1.1.2 "Construção da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba (São Carlos) com 7.700.000€; a ampliação e reparação da Escola Básica Francisco Ornelas da Câmara" com um investimento de 2.120.000€; e a "construção da Escola Secundária Dr. Manuel de Arriaga na Horta, com um investimento total de cerca de 10 milhões de euros.

Estes investimentos a par da reparação e adaptação ao ensino secundário da Escola Básica 2,3 de Vila Franca do Campo totalizam um investimento

superior a 20 milhões de euros, que corresponde a 60% do investimento global deste projecto. Demonstrando que o Governo Regional continua firmemente apostado na melhoria das infra-estruturas escolares e na sua adequação à realidade actual.

Outro dos princípios que preside a este Plano é o de dotar as escolas com os equipamentos necessários e adequados às estratégias de ensino-aprendizagem que favoreçam a aquisição das competências essenciais previstas, quer no currículo nacional quer no regional, contando para tal com uma verba inscrita na ordem dos 2 milhões de euros.

Outro dos princípios fundamentais é o de reforçar a implementação das tecnologias de informação e comunicação nas escolas, garantindo a todos os estabelecimentos de ensino o apoio para a aquisição de equipamento informático no âmbito do programa "Escolas Digitais" já em curso, num volume de investimento da ordem dos 310.000€.

Consideramos ainda imprescindível a aposta continuada na formação do pessoal docente e não docente, como forma de se garantir a dignificação da classe e a sua actualização e qualificação profissional, num montante global de investimento que ultrapassa o meio milhão de euros (667.000€).

No âmbito do mesmo projecto destaca-se a intenção de continuar a desenvolver e a apoiar o **ensino profissional**, quer enquanto via alternativa de acesso ao mercado de trabalho, quer enquanto estratégia de combate ao insucesso escolar, num montante superior a meio milhão de euros (670.000€). É imperativo reconhecer-se o valor do imenso trabalho desenvolvido pelos governos do Partido Socialista ao nível da valorização, diversificação e acesso ao ensino profissional. Este transformou-se duma alternativa incipiente e localizada num dos instrumentos mais importantes de combate ao insucesso repetido, ao abandono escolar precoce e à exclusão social.

Finalmente, registamos com agrado o esforço do Governo Regional no sentido de continuar a apoiar as autarquias, num montante de 400.000€, para a

recuperação e remodelação do parque escolar do 1º ciclo, tendo em vista a reorganização e o redimensionamento da própria rede escolar.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tememos porém que o desafio da educação não se confine às folhas de despesa e ao calendário imposto pela carta escolar. É também por isso que precisamos todos de despender muitas das nossas energias na procura de mais sucesso escolar, de melhor aproveitamento, de menos abandono, do fim da exclusão. O Governo Regional tem dado sérios passos neste sentido!

Não se pense, porém, que é possível ter sucesso educativo sem infra-estruturas de qualidade e sem pessoal devidamente formado. O Plano que hoje analisamos espelha também esta realidade. A da aposta no apetrechamento tecnológico, a da qualificação do pessoal docente, e a da diversificação da oferta educativa, por exemplo.

A importância da educação para o desenvolvimento da sociedade não pode ser um pretexto teórico relevante para o debate, mas deve ser entendida como um dado de acção.

Neste contexto consideramos que o Plano para 2007 traça um caminho seguro: o da continuidade do investimento nos meios materiais, sem descurar os recursos humanos. É por isso que este Plano privilegia o investimento em infra-estruturas e equipamentos escolares, sem esquecer a aposta na diversificação das ofertas educativas, a exemplo do ensino profissional, e sem descurar o investimento imprescindível nos recursos humanos, através da formação do pessoal docente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os dez anos de governação socialista nos Açores trouxeram-nos mais estabilidade, mais maturidade democrática e melhores resultados. Um orçamento de consolidação das finanças públicas, e um Plano estrutural que dá continuidade a obras em curso e que lança dezenas de obras novas. Em todas

as ilhas. Em todos os concelhos. Com altos níveis de investimento. Olhando para os compromissos do Programa de Governo e indo muito para além deles.

Percorrendo um caminho que, em matéria de educação, é significativo e que demonstra que continuamos a ser pioneiros. Pela ousadia com que delineámos e implementámos centenas de medidas neste sector. Sempre com renovada coragem e determinação! Contra a inércia sindical, contra os interesses instalados e colocando o fulcro no único elemento em que ele sempre deveria ter estado: o aluno.

Um combate ganho dia a dia, nas salas de aula das nossas escolas, do ensino regular, do ensino profissional, no ensino mediatizado, do ensino recorrente. Mas também aqui, nesta Sala, com a responsabilidade de quem faz uma escolha, de quem reconhece as falhas mas, simultaneamente, se orgulha da obra. Uma obra que tem um dono. Que é, para desgosto de muitos, inequivocamente, o Partido Socialista.

E os governos do Partido Socialista têm assumido uma atitude verdadeiramente pró-activa na intervenção sectorial em educação. Com ganhos visíveis e sucessos incontornáveis. Com pioneirismo e visão integrada de futuro que tem permitido que, também neste sector, sejamos hoje um exemplo para o país. Porque, afinal, nas palavras de F. Máyor na abertura dos Diálogos do Século XXI, "O futuro é o nosso único património ainda intacto".

Devemos por isso pensar o futuro, perspectivá-lo e nele investir incessantemente. A corrida para o conquistar é inevitável, e os factores para a vencer residem sobretudo nos chamados activos intangíveis: a qualidade das pessoas, os conhecimentos e as competências, o empreendorismo, a inovação e a criatividade, os sistemas de educação, formação e investigação, as culturas de aprendizagem ao longo da vida, a capacidade de assumir riscos, a mentalidade de criação de valor.

É, pois, esta a nossa posição! A de analisar com seriedade estes documentos e a de, seguros do ponto em que estamos, e sem esquecermos o ponto de onde partimos, o votarmos em consciência. Porque estamos certos de ser agentes de transformação do nosso tempo, e sabemos que da nossa acção dependem

muitos dos sucessos futuros da escola de amanhã. Não podemos por isso fazer por menos! É tempo de continuarmos, no governo e no parlamento, a fazer o melhor que soubermos e pudermos pela educação!
Disse.

Secretário Regional da Presidência *(Vasco Cordeiro): Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não há pedidos de esclarecimentos sobre esta intervenção.
Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.
Deputado Costa Pereira *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:
O Plano do Governo para 2007, na área da educação, como é natural, é um plano de continuidade, que se propõe cumprir os objectivos e princípios enunciados no Programa do Governo e nas Grandes Opções do Plano a Médio Prazo 2005-2008. Por isso, na medida da generosidade e da generalidade de alguns desses princípios é possível partilhar e construir consensos, separados, depois, e muitas vezes, pela sua operacionalização concreta, pela divergência das opções e dos caminhos que legitimamente se entende trilhar.
Sempre defendemos que as escolas se deviam abrir às comunidades que servem e estas têm o direito de saber o que fazem as escolas onde os nossos filhos passam a maior parte do seu dia. Abandonar definitivamente um funcionamento fechado, em circuito interno, interrogar-se sobre si própria, sobre o seu funcionamento, sobre os seus resultados, sobre a prossecução dos seus objectivos, sobre o papel e o lugar que lhe cabe na comunidade que serve, tudo isso é um imperativo na melhoria das respostas que a Escola como instituição pode e deve dar aos novos papéis e às novas exigências que os novos tempos lhe exigem. Registamos, por isso, no ano lectivo que decorre, a implementação da avaliação interna e externa das escolas e esperamos que ela se desenvolva dentro dos parâmetros atrás enunciados. Todos compreendemos

que este processo não é uma varinha mágica que produzirá resultados imediatos. Por isso, a fase de transição, vivida agora nas nossas escolas, tem de ser aproveitada para que todos compreendam a importância e o alcance do que se está a implementar, que haja senso e gradualidade nas medidas (reconhecendo-se efectivamente que não é de um dia para o outro que se conseguem alterar práticas arreigadas e antigas), que a busca efémera de resultados imediatos e artificiais não falseie a realidade e que nunca, neste processo, se perca em nenhum dos seus intervenientes a noção de que o que verdadeiramente está em causa, mais do que modelos, são as pessoas.

E porque são as pessoas que importa em primeiro lugar, temos também aqui deixado, por várias vezes, as nossas preocupações com a problemática do sucesso escolar. Já aqui denunciámos a ilusão e as falsas expectativas que se estão a criar em alunos e pais pela implementação de um itinerário da educação básica que se baseia num facilitismo que apenas visa o sucesso meramente administrativo. O resultado inevitável será a chegada ao ensino secundário e ao ensino profissional de um contingente cada vez maior de alunos impreparados e, pior do que isso, estruturalmente habituados às facilidades e à falta de exigência e rigor que subjaz a este modelo.

Confrontar-se-á, pois, o ensino secundário com crescentes taxas de insucesso escolar e, sobretudo o 10º ano, com altas taxas de abandono.

Paralelamente, muitos destes alunos irão bater à porta do ensino profissional, reforçando, não só estatisticamente, o seu papel e a sua importância. Mas, para não se repetirem erros do passado, é fundamental que as nossas escolas profissionais mantenham elevados padrões de qualidade e rejeitem a tentação do facilitismo contagiante. No dia em que as empresas não reconhecerem qualidade e competência no perfil dos alunos saídos das escolas profissionais, estas terão os seus dias contados e ficarão reduzidas a escolas de segunda categoria que maioritariamente acolhem os menos capazes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano para 2007 na área da educação é, à semelhança dos anteriores, dominado, em termos de verbas, pelo projecto relativo às construções

escolares. Nesse domínio, mantém-se um investimento mais expressivo nas novas escolas já em construção: Tomás de Borba (S. Carlos, Terceira) e Manuel de Arriaga (Horta, Faial). Em dissonância com a Carta Escolar, continuam de fora do Plano, no capítulo da construção de novas escolas, a EB1,2/JI da Ponta da Ilha, no Pico, a EB2,3/EA da Levada, a EB2,3 do Ramo Grande (esta com a agravante de já ter constado de Planos anteriores e ter desaparecido agora), a EB1,2 S. Roque/Livramento e a Escola Secundária das Capelas. Já quanto à EB2,3/S das Lajes do Pico, enquanto na Carta Escolar se aponta para a "construção de uma nova escola em local já escolhido para o efeito" e, por isso, não se justifica "o investimento que a sua recuperação implica", no Plano para 2007 mantém-se a intenção de proceder à sua grande reparação e adaptação.

Repito as interrogações que já aqui deixei: porque estão estas escolas fora do plano de investimentos? Qual o planeamento que está previsto para elas nesta legislatura?

Deputado Clélio Meneses *(PSD): Muito bem!*

O Orador: Porque não estão estas e estão outras sem que se cumpram as prioridades assumidas na Carta Escolar? Pela análise dos documentos disponíveis não é possível encontrarmos resposta para estas questões.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma das expectativas da política educativa para 2007 relaciona-se com a prometida adaptação à Região das componentes nucleares e essenciais do Estatuto da Carreira Docente, e ao que tudo indica, caminhando-se nos Açores em sentido diverso das opções nacionais.

Todos nós sentimos a desmotivação e o descontentamento que impera na classe docente. Todos compreendemos as justas razões do seu desencanto, depois destes últimos dois anos em que a sua dignidade, qualificação e brio profissionais foram enxovalhados. Por isso, em nosso entender, a alteração do Estatuto da Carreira Docente nos Açores pode ser a oportunidade de, em diálogo franco, aberto, construtivo e disponível para a consertação, se reganhar a mobilização dos docentes e dar-lhes novas razões de motivação e estímulo,

reconhecendo o seu papel único e insubstituível na tarefa da transmissão dos conhecimentos e dos saberes.

Deputado Clélio Meneses *(PSD): Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se colocarmos de lado o garrote financeiro com que se debate a Universidade dos Açores, em termos das suas verbas para funcionamento em 2007, que, embora importante não depende directamente do poder regional, aguardamos com expectativa o início efectivo das obras do edifício da Acção Social no Campus de Angra, do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, na Horta, bem como a aprovação do Edifício Interdepartamental, também em Angra. Reconheça-se que, neste domínio, o Governo Regional cumpre em dotação do Plano os compromissos que havia assumido. Falta ver se o Ministério da Ciência e Ensino Superior cumpre também a sua parte, particularmente aprovando em tempo útil o projecto do DOP (que é aquele que, entre os dois últimos, possui maior dotação), de forma a possibilitar o arranque das obras no decurso de 2007. Uma intervenção pressionante do Governo Regional, convenientemente feita no âmbito da ”Autonomia cooperante”, seria particularmente importante nesta área, uma vez que está obviamente em causa um projecto estruturante para os Açores, para a sua Universidade e para a ilha do Faial.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Igual procedimento e envolvimento se exigem do Governo Regional noutro projecto estruturante para o Faial: a ampliação da Pista do Aeroporto da Horta de forma a torná-lo operacional sem penalizações nos voos com a costa leste dos Estados Unidos e Canadá. Já várias vezes, em público, tem sido prometida a intervenção do Governo Regional nesta questão, até financeiramente se preciso fosse. Com regularidade são renovadas intenções e chamadas de atenção à empresa ANA e ao Governo da República, que a tutela. Anunciam-se grupos de estudo, adiantam-se razões para dificuldades. A verdade, porém, é que tudo indica que estamos rigorosamente no mesmo e não é, infelizmente, ainda no Plano para 2007 que se concretiza a disponibilidade para a prometida

participação financeira do Governo Regional neste importante e decisivo investimento.

A andar para trás está também um outro e importante investimento estruturante para o futuro desta ilha. Refiro-me à tão aguardada quanto imprescindível intervenção no Porto da Horta, sua envolvente e na Marginal da Horta, cuja concretização permitirá óbvias mais valias na economia local, sobretudo porque esta é uma intervenção estratégica e de efeitos reprodutivos. Enquanto no Plano para 2006, se apontava para o início da empreitada da intervenção no Porto, este ano, como o caranguejo, andamos para trás e já só se fala em estudos. Quanto à intervenção na Marginal, nem sequer considerada é neste Plano. Para trás parece também andar a reconstrução do Bloco C do Hospital da Horta, cuja acção foi encerrada. Também a 2ª fase da Variante, em bolandas entre a Câmara e o Governo, quanto ao seu traçado, continua sem definição, fora do Plano e aquele que é o principal culpado (este Governo Regional, que deixou caducar as medidas preventivas que salvaguardavam o traçado inicial) descobriu um novo "bode expiatório": os moradores das Dutras que reclamaram da última versão do traçado!...

Ficam também de fora deste Plano e seguramente da realização nesta Legislatura as promessas socialistas de construir a pousada da Juventude do Faial, de concluir a reabilitação da Igreja do Carmo, de construir o novo estádio de futebol, de ampliar o Museu da Horta, de construir um Centro de Acolhimento para crianças e jovens do sexo masculino, de revitalizar as termas do Varadouro e de construir o Polivalente da Feteira.

A meio do mandato, e pese a realização de algumas obras integradas num "caderno reivindicativo faialense" com mais de dez anos, a verdade é que o peso histórico dos incumprimentos por parte do Governo Regional do Partido Socialista irá manter-se deixando cair nesta legislatura um significativo número de promessas eleitorais.

Tenho dito.

Deputado Pedro Gomes *(PSD): Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso** *(PS):* Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Costa Pereira:

O senhor sabe que nas suas intervenções eu procuro ter sempre em conta aquilo que diz e estar sempre atenta às suas preocupações nesta matéria, mas devo dizer-lhe que quando o ouvi naquela tribuna pareceu-me estar a ouvir uma intervenção do tempo do Prof. Veiga Simão. É que são tão anacrónicas algumas das afirmações que o senhor faz, que não é possível entendermos que numa Assembleia do Séc. XXI ainda existam declarações destas.

O senhor reincide no erro da questão do sucesso escolar, que já debatemos em Outubro e não vamos voltar à discussão, falando da questão das retenções numa perspectiva dos alunos que passam e dos alunos que chumbam, ignorando que hoje a esmagadora maioria dos países da Europa avançada, em termos de educação, pelo menos daqueles países que nos interessam ter em conta do ponto de vista do sucesso educativo, não falam em taxas de retenção, mas falam em aquisição ou não aquisição de competências.

A linguagem que utiliza, perdoe-me a franqueza, é verdadeiramente anacrónica e não faz o mínimo sentido para uma pessoa como o senhor que está, ou devia estar, por dentro do sector da educação.

Depois, o senhor diz uma coisa impensável de dizer nesta Assembleia por um deputado que fala na área da educação.

Deputado Costa Pereira *(PSD):* Não foi o PSD que foi buscar o Ministro?

A Oradora: O senhor critica a opção do ensino profissional, diz que o ensino profissional pode cair no erro de ser considerado um ensino de segunda categoria. Sr. Deputado, o senhor não deveria cair no perigo de dizer uma coisa dessas, muito mais quando o senhor tem responsabilidades nesta matéria.

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Ele não disse isso!

Deputado Costa Pereira *(PSD):* A senhora não percebeu nada!

A Oradora: O senhor não acredita nas potencialidades do ensino profissional?

Deputado Costa Pereira *(PSD):* Ao menos seja séria como costuma ser. Leia a intervenção!

A Oradora: O senhor não concorda que foi este Governo que transformou o ensino profissional, de uma escola profissional que tínhamos, em 17 escolas profissionais e que fez com que nas escolas do ensino regular nós tivéssemos integrado também o ensino profissional?

O senhor acha que isso foi uma má opção?

É isso que o senhor tem que esclarecer. Se o senhor partilha desta visão estamos muito mal. Se temos um deputado que partilha desta visão estamos verdadeiramente mal!

Depois o senhor enumera uma série de escolas esquecendo-se que o Plano Anual – e o Sr. Secretário terá oportunidade de esclarecê-lo quanto a esta matéria – também é uma reorientação ou permite a alteração da prioridade dos investimentos. Portanto, foi isso que aconteceu.

A Escola do Ramo Grande, não está abandonada do ponto de vista de atenção. Está retirada do plano anual para 2007, porque houve um reordenamento das prioridades.

O senhor sabe, por exemplo, já que falou na Escola do Ramo Grande, que cerca de 70% do investimento em infra-estruturas educativas, do Plano para 2007, é feito na Ilha Terceira?

Portanto, se coloca a questão com maldade, não lhe fica bem Sr. Deputado.

Finalmente, o senhor diz esta pérola, e vou citá-lo:

"A revisão do Estatuto da Carreira Docente é a oportunidade para se ganhar a motivação dos docentes na tarefa da transmissão dos conhecimentos".

Sr. Deputado, sabe que a definição de professor já não é essa?

O professor não tem a tarefa da transmissão dos conhecimentos, isto é uma coisa do século passado. O professor, hoje, é um orientador, é um guia dos seus alunos. Não é uma enciclopédia. Isso já passou.

Portanto, o que eu lhe queria dizer é que lamento que a sua intervenção tenha sido verdadeiramente anacrónica. Não estamos a falar no mesmo registo, e é pena!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, como repararam, eu agora não estou muito preocupado com a questão dos 3 minutos. Isto está a contar para o tempo global. Portanto, terá que haver uma certa latitude, ao fim e ao cabo. Isto é um diploma como outro qualquer e, portanto, vamos dar alguma latitude ao debate, com excepção do minuto do Sr. Deputado Gusmão, esse aí é sagrado.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(*) **Deputado Helder Silva** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Num quadro macroeconómico recessivo que temos vivido ao longo destes primeiros anos do século XXI, no país como de resto de uma maneira geral a um nível mais global, com contrariedades várias decorrentes da insensibilidade de alguns Governos da República, com esforços extraordinários decorrentes de situações de calamidade que obrigaram à realização de investimentos ao nível da reconstrução, com tudo isso, os Governos Regionais da responsabilidade do Partido Socialista têm sabido com engenho e arte ultrapassar obstáculos, afirmar os Açores no espaço nacional como europeu e dar resposta de forma continuada às necessidades de desenvolvimento da Região. Tudo isto num quadro de estabilidade social, política e financeira, aliado a uma estratégia de contenção da despesa pública. É assim que nos encontramos agora a discutir mais um Plano Regional Anual para 2007 em que mais uma vez se observa um crescimento do investimento. E não é, como antes acontecia frequentemente, para discutir planos virtuais, com expressão financeira mas sem concretização depois ao nível do investimento real. O Governo Regional (os Governos Regionais) do Partido Socialista habituou-nos ao longo destes anos a uma postura séria e de verdade e à concretização plena dos investimentos previstos,

com taxas de execução que ao longo de uma década passaram de níveis da ordem dos 60-70% para mais de 90%.

Apesar do grande investimento concretizado e das profundas transformações que para melhor se verificaram na generalidade dos sectores aos níveis económico como social a verdade é que não atingimos ainda os patamares de desenvolvimento da média nacional e, se é certo que ultrapassámos o ritmo de crescimento nacional, atingindo uma velocidade de cruzeiro que nos esperança, não deixa de ser igualmente verdade que temos que acelerar mais um pouco para nos podermos equiparar, sendo exacto que a média nacional é fortemente influenciada e distorcida pelos patamares de riqueza gerada nos grandes núcleos urbanos de Lisboa e Porto e, portanto, difícil de alcançar para uma Região distante e dispersa como a nossa. A própria Madeira, constituindo-se como uma realidade geográfica quase una e que exibia estatísticas que evidenciavam uma ultrapassagem da média nacional, sabemos hoje que afinal não é bem assim e que essas estatísticas têm que ser observadas com algum cuidado dado estarem de alguma forma enviesadas pelo Off-shore, de acordo com as próprias palavras do Presidente do Governo daquela Região Autónoma.

Este Plano para 2007 é, aliado à nova Lei de Finanças Regionais, mais do que um motivo de esperança, a certeza de que os Açores têm assegurado o seu crescimento sustentado e continuado.

Ao nível sectorial quero destacar o crescimento do investimento na base económica, muito especialmente ao nível do mar. É importante continuar a projectar e potenciar plenamente a nossa dimensão marítima. O plano agora em discussão reflecte esta aposta ao nível das pescas, das infra-estruturas portuárias, da construção de novas embarcações de passageiros, da protecção das orlas costeiras e POOC's. Uma referência também para aquilo que tem sido o trabalho recente de envolvimento do Governo Regional no âmbito do Livro Verde da EU, recentemente em discussão pública, e também ao nível daquilo que é a importante estratégica que neste momento está a ser definida a nível nacional, a Estratégia Nacional para o Mar.

Estamos todos ligados ao mar, em todas as ilhas, mas a verdade é que de forma muito especial o Faial possui ligações privilegiadas com este elemento. Ligações históricas que fazem com que qualquer investimento nesta área tenha à partida retorno assegurado. Foi assim, em torno do seu porto, durante quase 130 anos, antes mesmo da sua existência. Indústria e comércio baleeiro, cabos submarinos, meteorologia, reparação, apetrechamento e abastecimento naval, hidroaviões, pesca atuneira, iatismo internacional, investigação marinha e de pescas, observação de baleias. Uma sucessão de sagas que puseram o Faial sempre no centro do arquipélago e que fizeram e fazem desta ilha um elemento de projecção dos Açores no país e no mundo.

Histórias de labor e perseverança, mas também de sucesso. Histórias que dispensam muitas justificações para a necessidade de adaptação desta infra-estrutura por forma a melhor corresponder às diversas solicitações a que é diariamente sujeito, particularmente nos meses de Primavera/Verão em resultado, por um lado dos elevados fluxos de passageiros, cerca de 200 mil por ano, que fazem deste o mais movimentado porto marítimo do país, por outro do movimento de iates, que ultrapassa já largamente o milhar de embarcações, mas também como consequência da maior actividade das embarcações de pesca, recreio náutico e, crescentemente também, da passagem de paquetes por este porto.

Histórias também que por isso dispensam elaborados estudos para a avaliação do impacto sócio-económico e taxas de sucesso dos investimentos que sobre este porto possam recair. Investir no Faial nesta área é sinónimo de sucesso que resulta do saber acumulado e do gosto que sempre se cultivou por estas 'coisas do mar', é em resumo, uma questão de tradição. Por todas estas razões, é com grande contentamento que constatamos, na sequência da nossa intervenção no passado mês de Junho, nesta mesma Assembleia, à inclusão neste plano para 2007 de verbas que contemplam as necessidades financeiras para o avanço do projecto de reordenamento do porto para melhor se adequar às solicitações a que está sujeito e à evolução que se perspectiva ao nível do tráfego marítimo, mas também por razões que se relacionam com o próprio ordenamento urbano

da cidade. Como aparte, naturalmente que não podemos concordar com as observações que aqui foram proferidas, a este nível, há minutos, pelo Sr. Deputado Costa Pereira.

Uma palavra também para o DOP, aqui concordando com as palavras do Sr. Deputado Costa Pereira, não no todo, mas pelo menos em parte. Finalmente, estamos, não a discutir a importância daquele Departamento da nossa Universidade, não a prometer mais do mesmo com pompa e circunstância, mas a concretizar no plano financeiro as condições necessárias ao arranque daquelas obras, garantido que está ao nível do PIDDAC – o Sr. Deputado porventura não terá conhecimento disso, mas o documento é público – aprovado para 2007 o seu financiamento por fundos nacionais. Estamos certos de que este é também um investimento claramente importante para o Faial e para a afirmação da Região numa área de crucial importância política, económica, científica, social e até (porque não dizê-lo?) cultural. Este é por isso um momento histórico também para a nossa autonomia já que por esta via fica finalmente, ao fim de 30 anos, assegurada a tripolaridade da Universidade dos Açores, um desiderato, aliás, que nesta altura, no início da criação da Universidade, foi definido. Uma referência a este propósito para o realce da excelência do trabalho desenvolvido no DOP que foi feito pela Comissária Danuta Hubner na Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas que se realizou em Guadalupe no passado mês de Outubro. Também aqui estamos a falar de um investimento para o Faial que não carece de mais justificação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sem dúvida, o período durante o qual um maior número de obras foi concretizado na ilha do Faial correspondeu à era dos Governos do PS. Eu lamento ter que me repetir, pelo menos não no todo mas em parte destas obras, …

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* Quando elas são poucas é preciso repetir!

O Orador: … mas face à intervenção que o Sr. Deputado Costa Pereira aqui proferiu, saltando por cima de todas elas e referindo apenas algumas das infra-estruturas e das obras que sendo importantes e estando neste momento muitas delas encaminhadas para o seu arranque no próximo Plano de 2007, não posso neste momento deixar de as referenciar, porque parece-me, às vezes, que a memória é de facto curta e certamente a memória de alguns Deputados desta Casa.

Por isso tenho que fazer referência, não sendo exaustivo, àquilo que foi:

- O enorme processo de Reconstrução decorrente do sismo de 9 de Julho de 1998, 176 milhões de euros, só na Ilha do Faial, com mais de 2 mil habitações, entre empreitadas e administração directa, que foram reconstruídas;
- A concessão de 363 apoios no âmbito de programas de habitação;
- O prosseguimento e conclusão das obras realizadas no Porto da Horta, na fase anterior, porque é bom que tenhamos a consciência de que estamos a falar de uma segunda, para não dizer terceira, fase de grande obras a concretizar por este Governo do Partido Socialista, porque foi ele que fez a grande obra de reforço do Porto da Horta e também foi este Governo que procedeu à construção da 2ª faz da Marina da Horta;
- A aquisição de um Rebocador para o Porto da Horta;
- A Ampliação da Marina;
- As obras realizadas no Hospital da Horta, com a construção da Unidade de Cuidados Intensivos e do serviço de Hemodiálise e Hemato-Oncologia;
- Na Casa de Infância de Santo António;
- Na Santa Casa da Misericórdia da Horta, onde foram efectuados investimentos superiores a 5,9 milhões de euros;
- Nas Estradas Regionais, o Fecho do Anel em volta da ilha. Todos nos lembramos, quem vive nesta Ilha do Faial, há largos anos, daquilo que foram os anos que estivemos à espera para ter um troço com alguns quilómetros de estrada concluídos nesta ilha. Estamos neste momento a falar na construção de mais estradas no centro da ilha no eixo do Largo Jaime Melo,

- O apoio substancial na construção das novas instalações da Escola Profissional da Horta, uma obra importante concretizada há alguns meses;

São inúmeras as obras que foram concretizadas e concluídas pelo Governo Regional e são várias as obras que estão em curso destacando-se:

- A construção da nova Escola Secundária da Horta, uma obra e um investimento tantas vezes solicitado, para tantas vezes alertado o Governo Regional para a necessidade da sua concretização. Está em obra, uma investimento adjudicada pelo montante de 18,4 milhões de euros;
- A obra da Casa Grande, onde ficará instalada a Biblioteca Pública e Arquivo da Horta. Todos nós vemos, quem passa ali, no centro da cidade, aquela obra a avançar a um ritmo também muito interessante;
- Referência também à 1ª fase da variante (o Sr. Deputado referiu-se à 2ª, eu já lá irei, mas eu não posso deixar de fazer uma referência àquilo que é a obra em curso da 1ª fase da variante);
- Empreitada de construção de 42 fogos no âmbito dos programas de custos controlados, em curso, e 36 cuja primeira pedra foi ontem lançada;
- E também uma obra importante, a construção do Centro de interpretação do vulcão dos Capelinhos, uma obra de mais de 2,5 milhões de euros de investimento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu não gosto de fugir aos reptos que me são lançados. O Governo e naturalmente também o Partido Socialista que o suporta, têm nesta matéria uma postura de responsabilidade e é com responsabilidade que nós olhamos, não apenas para as obras que estão a ser concluídas, ou que foram concluídas, mas também para aquilo que é um conjunto de obras que importa concretizar na Ilha do Faial.

Tendo feito referência ao Porto da Horta, não posso deixar de fazer referência à 2ª fase da variante, porque relativamente a esta matéria é fácil nós virmos aqui dizer mal do que se faz e porventura apontar o dedo dizendo que é importante

que se faça, sabendo-se que há uns abaixo-assinados a circular relativamente a mais uma fase da variante à cidade da Horta.

O que é importante nestas matérias é sermos responsáveis e responsabilidade nesta matéria significa não cruzar os braços e perguntar: "então quando é que está pronta a 2ª fase, quando é que se arranca com a 2ª fase da variante?"

O Partido Socialista, na sua postura de responsabilidade, e quero deixar isso absolutamente claro, está disponível para, junto da população do Faial, avançar com um programa, com uma discussão pública da segunda fase da variante e estamos disponíveis para mais. Estamos disponíveis para perceber aquilo que não percebemos do PSD até a este momento, mas também temos que dizer que não entendemos ainda muito bem da parte dos faialenses aquilo que é a sua vontade expressa nesta matéria.

Que solução queremos para a variante? Não queremos a 2ª fase da variante? É uma hipótese que deve ser deixada em aberto. Ou queremos uma outra alternativa e não aquelas que foram estudadas?

É com uma postura de seriedade e de responsabilidade que o Partido Socialista, num processo no qual eu me envolverei e certamente o Governo Regional estará disposto a partilhar este trabalho connosco, avançará com a discussão pública deste processo.

Relativamente à ampliação do aeroporto da Horta, Sr. Deputado, a nossa postura é igualmente uma postura de responsabilidade.

Qualquer Deputado responsável desta Região tem como obrigação perceber que enquanto a responsabilidade pela concretização deste investimento for do Governo da República, é ao Governo da República que caberá preencher e realizar esta obra e este investimento é fundamental, e nós já o defendemos aqui e continuamos a defender, para a Ilha do Faial.

Mas é importante que, em primeira linha, essa responsabilidade, como aliás foi há dias realçado pelo Sr. Presidente do Governo no decorrer do arranque de mais uma fase da ampliação da aerogare da Terceira, seja cometida à ANA, ao Governo da República através da sua empresa ANA, e em segunda linha, mesmo a verificar-se uma privatização da empresa, que fique clara a

responsabilidade desta empresa na concretização desta obra. Só em terceira linha, é que a Região deve corresponder a mais este investimento.

Relativamente a mais algumas referências que o Sr. Deputado fez, mais algumas obras que são aguardadas há muitos anos na nossa ilha,…

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* Se são aguardadas é porque foram adiadas!

O Orador: … e sem concretização, uma referência para a Igreja do Carmo. Também aqui, Sras. e Srs. Deputados e Sr. Deputado Costa Pereira, a nossa postura é nesta, como em todas as outras, uma postura de responsabilidade.

É com esse sentido de responsabilidade que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta neste momento um Projecto de Resolução, com uma recomendação ao Governo Regional, para que promova junto da Diocese a transferência da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, na cidade da Horta, para a futura instalação do Museu de Arte Sacra.

Com a deslocalização das Finanças do actual edifício, que permite uma ampliação do espaço do Museu da Horta, a nossa perspectiva é de que a Igreja do Carmo reúne as condições para que aí seja instalado o Museu de Arte Sacra.

Também é com responsabilidade que dizemos que achamos que depois do investimento superior a 1 milhão de euros que foi efectuado pelo Governo Regional, ou melhor, por anteriores governos regionais (julgo que grande parte deste investimento foi feito em anos transactos) temos mais um investimento para a conclusão das obras de reabilitação de um espaço que neste momento, e é importante que se diga, está votado ao abandono, não tem qualquer utilidade. Só a reconhecemos se houver, de facto, aqui uma perspectiva por parte da Diocese de cedência de transferência deste espaço para a Região, para que a Região aí prossiga com os seus investimentos. É neste sentido que vai o nosso Projecto de Resolução e que eu neste momento entrego ao Sr. Presidente da Assembleia.

(Neste momento o Deputado Helder Silva, entrega ao Sr. Presidente da Assembleia o referido Projecto de Resolução)

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* O Sr. Presidente não devia aceitar!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Estes investimentos variaram de um pico decorrente da reconstrução de 25% do investimento da Região Autónoma dos Açores, excluindo outros fundos…

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* Essa entrega só revela a oportunidade que perdeu no passado de o ter apresentado!

O Orador: Sr. Deputado, é uma oportunidade que têm agora para aclararem aquilo que é a vossa falta de memória e que foi aqui notória com a intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira.

… em 2003 e os 10% do ano corrente. Andamos entre os 8 e os 10% de investimento na Ilha do Faial, neste momento.

Sobre esta matéria devo dizer o seguinte:

Oportunidades perdidas tem o PSD em várias matérias e designadamente na questão da ampliação do aeroporto da Horta, quando simplesmente se remeteu ao silêncio (sempre!) até precisamente ao ano de 2005 com a eleição do actual Governo da República. Aí é que eu acho que os Srs. Deputados do PSD perderam uma grande oportunidade, no relacionamento excelente que certamente mantiveram com o Governo da República de então, de concretizarem esta obra, (digo concretizarem, não digo fazer), de concretizarem grandes acções de pompa e circunstância e também de concretizarem o investimento há muito aguardado no DOP, Departamento de Oceanografia e Pescas.

Neste momento de crise nacional é este Governo Regional e o Governo da República que temos lá fora que se estão a preparar para concretizar mais estas obras na Ilha do Faial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* O senhor com esse paleio parece César, no entanto, desorganizado!

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão *(Indep.):* Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

Era para saber, face a essa proposta em que já sabemos que o Governo Regional dos Açores pretende tomar conta de tudo, dominar tudo, até ficar com a Igreja do Carmo para poder restaurá-la, sendo até sabido que, por exemplo, a Igreja do Colégio é propriedade da Câmara Municipal de Ponta Delgada e nem por isso deixaram de a restaurar, portanto, chegando ao cúmulo até da Igreja do Carmo ter de ser propriedade da Região para o Governo dominar também aí, se V. Exa. entende por bem que eu não possa ter tempo para falar sobre isso?

Presidente: Sim senhor, já percebi.

O Orador: Já percebeu? Então pode responder-me, Sr. Presidente.

Presidente: V. Exa. foi realmente hábil com a interpelação à Mesa, só que não foi suficiente hábil para me convencer.

Portanto, está respondido.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É a única intervenção para esclarecimentos que posso prestar.

Vou retomar a questão da educação para da minha parte encerrá-la e vou também responder ao entusiasmo do Sr. Deputado Helder Silva.

Em relação à intervenção da Sra. Deputada Cláudia Cardoso, eu lamento a forma que quis imprimir à sua intervenção e à reacção que fez à minha intervenção, mas os excessos e a linguagem que utilizou e a forma como me quis colar a um tipo de professor que eu não sou, fica consigo. Eu não aceito, nem vou pelo seu caminho.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Quanto à questão de substância, e é essa que interessa, apenas três questões me merecem um pequeno esclarecimento.

Quanto à questão do ensino profissional a Sra. Deputada disse exactamente o contrário daquilo que eu escrevi na minha intervenção. Se tiver dúvidas aconselho que a leia para a perceber melhor.

Quanto à questão das obras que estão inscritas em Plano, da sua prioridade e das justificações que apresentou, eu aconselho-a a ler a Carta Escolar e a comparar as prioridades que a Carta Escolar estabelece e aquelas que estão no Plano e a partir daí tire as suas conclusões.

Deputados Clélio Meneses e António Marinho *(PSD): Muito bem!*

O Orador: Quanto à questão que referiu dos anacronismos, com que apelidou a minha linguagem ultrapassada, com a idade que tenho compreenderá que eu não tenha disposição para modismos. Mais: sobre essa questão dos conteúdos, das competências e dos modernismos que a senhora gosta muito de usar, aconselho-a a ler uma entrevista do Prof. Marçal Grilo sobre a prática que encontrou em muitos docentes, nos técnicos do Ministério da Educação e em muitos teóricos da educação em florear as suas palavras, em arranjar uma "trepadeira de palavras" (o termo é dele) para dizer exactamente sempre a mesma coisa. Sobre isso aconselho-a vivamente a ler essa entrevista e aprenderá certamente muito e naturalmente numa próxima intervenção sobre este assunto não dirá de mim aquilo que disse.

Quanto à questão do Sr. Deputado Helder Silva, eu compreendo as suas palavras e compreendo-as sobretudo no contexto das novas responsabilidades político-partidárias que assumiu no Partido Socialista do Faial. O senhor, de facto, tem que pegar na bandeira da defesa daquilo que está a ser feito.

Aceito que tenha que fazer esse papel, mas Sr. Deputado alguma calma também não lhe fazia mal nenhum. O senhor tomou uma embalagem tal que até no meio das suas palavras disse que foi devido à intervenção que fez aqui no passado mês de Junho que no próximo ano havia verbas no Plano do Governo para o porto da Horta.

Deputado Helder Silva *(PS):* Certamente não terá sido pelas suas, porque não fez!

O Orador: Quero dar-lhe esta informação Sr. Deputado: se o senhor está tão satisfeito, devia ver melhor o plano, porque a verdade é que as verbas que estão no plano para o próximo ano relativamente ao porto são inferiores em 500 mil euros em relação às que estavam o ano passado.

Deputado Helder Silva *(PS):* Não se preocupe com as verbas inscritas!

O Orador: Portanto, o efeito que as suas palavras tiveram foi, em vez de aumentar, reduzir; em vez de fazer obra, fazer estudos.

Deputados José Fernando Gomes e António Marinho *(PSD): Muito bem!*

O Orador: Finalmente, o Sr. Deputado não pode pretender que um Governo que demora mais de uma década a cumprir aquilo que prometeu aos faialenses, e prometeu repetidamente, mereça agora elogios, só porque ao fim de 10 anos está a fazer aquilo que prometeu.

Aquilo que está a ser feito Sr. Deputado, está aos olhos de todos. Já falámos nisso aqui. Ainda bem que se está a fazer.

Agora o senhor não queira que eu pegue no Governo ao colo, dê palmadinhas nas costas e diga "mas que bom que estão a fazer agora!"

Não! Que pena é que só ao fim de 10 anos é que o estão fazendo, porque perdemos, entretanto, tempo e oportunidades!

Sr. Deputado Helder Silva: lamento dizer-lhe que, apesar do seu entusiasmo, está a falar sozinho! E vou dizer-lhe por que é que está a falar sozinho sobre o Faial.

A semana passada, para analisarmos inclusivamente este documento que estamos aqui a debater, reuniu-se o Conselho de Ilha do Faial.

No Conselho de Ilha está representada a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal, os empresários, as forças vivas e os partidos políticos. Nesse Conselho de Ilha, Sr. Deputado, foram colocadas exactamente as mesmas preocupações que eu aqui coloquei. Digo mais: eu nem pus aqui todas as preocupações que o Conselho de Ilha levantou.

Portanto, se o Sr. Deputado está satisfeito, se acha que assim é que está bem e que é andar para a frente sem termos a preocupação e sem nos ser reconhecida a legitimidade em levantar novas questões que são importantes para o nosso futuro, pois fique sozinho, porque fica muito bem.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados permitam ao Presidente que diga, por uma questão de conforto, que o Sr. Deputado Helder Silva não está sozinho. Eu estou com ele!

Deputado Helder Silva *(PS):* Obrigado, Sr. Presidente, pelas suas palavras de conforto!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(*) **Deputado Helder Silva** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Gusmão – não se encontra nesta sala neste momento – eu informei-o que não precisava gastar muito do seu tempo, porque rapidamente percebi o conteúdo da sua questão, e penso também que ela é fácil de responder.

Há uma diferença grande entre uma intervenção com a participação do Governo Regional numa Igreja, num espaço que, pertença embora da Diocese, desempenha uma função de culto, ou que tenha uma finalidade que lhe esteja adstrita, e outro investimento num monumento como este (a Igreja do Carmo) que há muitos anos se encontra simplesmente ao abandono e que há muitos anos não tem qualquer fim, qualquer utilização.

Para além disso também temos que reconhecer que o Governo Regional, com as dificuldades que possa ter, tem uma capacidade muito superior de gestão de um bem como este e, sobretudo, tem a obrigação necessariamente de o gerir quando lhe dá uma finalidade que está sobre a sua gestão ou que pode estar sobre a sua gestão directa.

Relativamente ao Sr. Deputado Costa Pereira, que disse que compreendia as minhas palavras, eu devo dizer que também compreendi as suas, Sr. Deputado. Compreendi perfeitamente o teor do seu discurso, a estrutura, a forma como estava estruturado. Aliás, é fácil de compreender porque é recorrente esse tipo de construção discursiva. Basicamente aquilo que o Sr. Deputado procura fazer é saltar por cima daquilo que tem sido o esforço de concretização de um conjunto de obras. Eu diria, não é que aguardam concretização há uma década, é que muitas destas obras aguardam concretização há duas décadas, para não dizer que algumas aguardam concretização há três décadas.

Deputado Costa Pereira *(PSD):* Quem é que as pôs no plano?

O Orador: Eu não vou elencá-las, mas quando se diz que "aguarda concretização há 1 década…", não! Há duas! Há três! Há muitas décadas!

Deputado Costa Pereira *(PSD):* Veja o seu boletim eleitoral!

O Orador: O que o Sr. Deputado basicamente pretende é que numa década estivesse concretizado tudo aquilo que os senhores não concretizaram em duas.

O ritmo de trabalho e de concretização do Governo Regional tem sido comprovadamente bastante grande, mas não é tão grande assim. Aliás, o Sr. Deputado quando diz na sua intervenção "eu posso também levantar novas questões", pode, é isso que o Sr. Deputado está a fazer, mas ao fazê-lo, basicamente está a dizer: "enfim estão quase esgotadas as obras que foram concretizadas durante esta década!"

Foi isso que o Sr. Deputado disse e é assim, de facto, porque há uma década atrás ninguém falava na necessidade de reordenamento do porto da Horta. Há uma década atrás o que nós falávamos e já falávamos há outra década, era na necessidade de consolidação do porto da Horta, consolidação do molhe, construção do parque de contentores. Era disso que se falava relativamente ao porto da Horta há uma década atrás.

Portanto, quando o Sr. Deputado fala da necessidade de reordenamento do porto da Horta, não está a falar de uma questão que foi levantada há uma década atrás!

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* Era do século passado!

O Orador: Está a falar numa nova questão e o Sr. Deputado faz muito bem. Nós também vamos descobrindo felizmente necessidades de investimento que a todo o momento vão surgindo para esta como para as outras ilhas da Região.

Eu, sinceramente, não posso deixar de lhe dizer uma outra coisa. Eu espero, uma vez que tive o prazer de responder ou procurar responder àquilo que é a nossa visão, àquilo que são as definições das nossas prioridades e àquilo que nós consideramos que é o rumo a seguir para a concretização de um conjunto de obras no Faial, que o Sr. Deputado, já que não o fez hoje, um dia destes venha a esta casa e tenha a capacidade de se levantar e de dizer aquilo que gostava que se fizesse e como, sobretudo como.

Que solução é que o Sr. Deputado espera para a 2ª fase da variante, por exemplo?

Deputado Costa Pereira *(PSD):* O Governo é que a tem que encontrar!

Deputado Mark Marques *(PSD):* Ele tem capacidade. Não tem é tempo!

O Orador: Não, não. Repare: o facto do Sr. Deputado estar na oposição não lhe diminui as responsabilidades que tem e a ideia que deve ter daquilo que são as necessidades de concretização de obras na Ilha do Faial, como de resto em toda a Região.

É muito fácil essa postura, Sr. Deputado, de nos recostarmos para trás, cruzarmos os braços e dizermos "há para aí uns abaixo-assinados, mas quando é que vocês fazem essas obras?".

É fácil demais!

A obrigação do Sr. Deputado, a obrigação de todos nós, é contribuirmos com a nossa visão, com o nosso espírito crítico, mas não só com a crítica pela crítica, mas termos a capacidade de construtivamente participarmos no processo de construção dos Açores. É isso que se espera de todos e é isso que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pela intervenção que eu fiz nesta tribuna, procurou fazer, cumprir aquilo que são as suas responsabilidades e não dizer isto é uma responsabilidade do Governo ou virarmos para o Governo e perguntar: Quando é que fazem as obras do porto? Quando é que fazem a 2ª

fase da variante? Como se os problemas e as dificuldades que existem fossem uma responsabilidade também nossa.

Srs. Deputados, os açorianos olham para nós e olham também para aquilo que é a vossa capacidade crítica e aquilo que é a vossa visão dos Açores que estamos a construir.

Aquilo que eu sou obrigado a concluir é que os senhores não têm visão absolutamente nenhuma.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão *(Indep.):* Sr. Presidente, é para uma nova interpelação à Mesa.

Presidente: Sabe que a interpelação é sobre o andamento dos trabalhos, sobre algum comportamento menos próprio da mesa?

Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Gusmão** *(Indep.):* Sr. Presidente, não quero usar a terminologia "comportamento menos próprio da mesa", mas de facto o Sr. Deputado Helder Silva fez uma intervenção alegando que ia pedir esclarecimentos.

Portanto, há aqui um cruzamento de várias intervenções e o que eu queria saber por parte de V. Exa. em que tema é que estamos.

Embora eu só tenha um minuto, posso intervir sobre qualquer um deles, Se é para falar sobre educação, falarei sobre as escolas profissionais, sobre a importância das escolas profissionais e sobre a intervenção que o Sr. Deputado Costa Pereira aqui trouxe, de conteúdo importante para esta Assembleia, nomeadamente pelo realce que deve ser dado às escolas Profissionais e que o Partido Socialista insiste que devem continuar a estar em segundo plano, ou então, se estamos a debater o tema do Faial, e dentro desse tema a Igreja do

Carmo, que foi uma novidade aqui trazida, julgo que o Governo Regional deveria dar aqui uma resposta.

Há pouco, fiz uma interpelação à mesa. Sabem perfeitamente que não tenho tempo, mas julgo que o Governo Regional poderia e devia dar uma resposta sobre o grande montante que já investiu na Igreja do Carmo e essa novidade agora de exigir a titularidade para restaurá-la.

A Igreja do Carmo nem sequer pertence à Diocese. A Igreja do Carmo pertence aos faialenses, à Ordem Terceira do Carmo. Portanto, não faz sentido.

Em Ponta Delgada, a Igreja do Colégio, que é propriedade da Câmara Municipal, foi restaurada sem essa exigência, tem é um protocolo com o Governo.

Por que é que na Horta aparece essa exigência de ter que dar à Região a propriedade do imóvel que pertence aos faialenses através da sua Ordem Terceira do Carmo?

Gostaria, se for possível, que respondessem a isso, e V. Exa. se me puder responder, sem querer dizer que está a conduzir mal os trabalhos, de que tema é que estamos a falar, se de escolas profissionais, educação ou dos esclarecimentos que foram pedidos e foram feitos de tribuna?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado, se o senhor não fizesse essa síntese final, eu ficava sem saber qual era a questão.

Nós estamos a falar do Plano e do Orçamento da Região Autónoma.

A intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira tem uma parte que é sobre a educação, tem outra parte que é da Ilha do Faial. A intervenção do Sr. Deputado Helder Silva, a mesma coisa e portanto, é disso que estamos a tratar.

Não havendo mais ninguém inscrito nesta fase, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Paulo Gusmão *(Indep.):* E o Governo não responde?

(Pausa)

Deputado Paulo Gusmão *(Indep.):* Fica registado que o Sr. Presidente do Governo diz que não!

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Ainda não era o Partido Socialista Governo e o CDS já manifestava nesta casa a sua preocupação em relação à via rápida Angra/Praia. Em 1992 já dizia o CDS/PP "é vergonhosa a lentidão imposta à construção da via rápida Angra/Praia, que se arrasta há catorze anos, para humilhação do povo terceirense e vergonha do Governo!". O PSD ficou no Governo ainda mais 4 anos!

Naturalmente continuou a fazê-lo quando o PS entrou para o Governo, por várias vezes e em 2004 o CDS/PP apresentou mesmo, nesta Assembleia, uma proposta de resolução, que apontava para a criação de condições que permitissem preparar uma remodelação completa da "via rápida", nomeadamente apontando para a correcção de troços, para o escoamento de águas, para a instalação de separadores centrais e laterais, colocação de sinalização e iluminação, tudo tendo em vista terminar com a elevada sinistralidade e com as lamentáveis consequências para as pessoas, nomeadamente ao nível de perdas de vidas humanas. A Resolução acabou aprovada por unanimidade. Apesar disso o Governo resolveu fazer um estudo, que demorou dois anos, para acabar chegando praticamente às mesmas soluções apresentadas pelo CDS/PP.

Para o próximo ano de 2007 surge de novo uma dotação orçamental para este importante eixo viário. Depois de tantos e sucessivos adiamentos, agora que o concurso público se realizou, agora quando certamente o Senhor Secretário Regional da Habitação e Equipamentos nos garantirá que a obra é mesmo para se fazer, pela nossa parte, que vemos agora efeito da Resolução aprovada por proposta do CDS/PP, ficamos naturalmente muito satisfeitos, porque finalmente um Governo desta Região resolverá o que tanto se prometeu. É por isso que, neste enquadramento, não percebemos muito bem como é que o PSD continua a atirar para o mesmo alvo.

Ainda neste capítulo das vias públicas, registamos com agrado o reaparecimento da referência à remodelação da estrada regional que liga a Praia da Vitória às Lajes, a qual foi interrompida em Santa Luzia por altura das últimas eleições regionais de 2004. Esperemos bem que não seja destinada a ficar no papel.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Governo Regional tem dado pública nota do seu empenhamento e tem inscrito nos vários planos, nomeadamente desde 2004, verbas para a promoção do destino Açores no mercado internacional de cruzeiros. Parece não ter pensado na Terceira – acusação que em matéria económica frequentemente lhe é dirigida – porquanto ao longo dos últimos sete anos houve repetidos anúncios para a construção de uma gare marítima de passageiros para o porto da Praia da Vitória, embora até hoje nada tenha sido feito, apesar de já virem inscritas verbas nos planos desde o ano 2000. A última referência a essa estrutura, importante para o desenvolvimento da economia da Terceira, foi feita no plano de 2002 e desde então desapareceu dos planos regionais. Não existindo esta infra-estrutura, não se poderia esperar que viessem muitos navios à Terceira e das poucas vezes que aporta algum cruzeiro na Praia da Vitória, assiste-se ao triste espectáculo dos passageiros desses luxuosos navios desembarcarem e circularem no cais, por entre os trabalhos de estiva. Não só é uma má imagem para a nossa ilha, o que de modo algum podemos aceitar, como também representa perigo para os visitantes.

Os terceirenses também assistem ao desenrolar das obras de reconstrução do porto da Praia da Vitória. Mas seria de esperar muito mais celeridade, pois assim podem prolongar-se por muito mais tempo do que seria aceitável, o que já vai constituindo notícia nos órgãos de comunicação social. E, entretanto, o que era necessário, era uma política regional de transportes que dinamize e valorize a importância estratégica do Porto Comercial da Praia da Vitória.

A remodelação do Porto das Pipas foi anunciada em Outubro de 2002, para se iniciar em Fevereiro de 2003, com um prazo de conclusão de 18 meses, que levaria à conclusão em Agosto de 2004. De todo o modo foi ontem aqui dito,

pela bancada do PS, que a obra ficaria concluída já em Dezembro, pese embora com mais de dois anos de atraso. Às vezes lá diz o Povo, não interessa quem bem começa, mas quem bem acaba.

E a verdade é que, para acabar bem, temos de olhar para o Porto Pipas e para a sua envolvente, porque aqui continua tudo na mesma: a pavimentação por concluir, os espaços comerciais encerrados e até o buraco do Barata, logo ali a encimar, lá está para não nos deixar esquecer uma estratégia socialista de desenvolvimento turístico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Outra infra-estrutura necessária à economia da Terceira é o terminal de carga da aerogare civil das Lajes, que não se percebe que esteja contemplado nas obras em curso. Desde 1998 vêm sendo inscritas verbas vultuosas nos planos de médio prazo e nos planos anuais. Porque não consta do Plano para 2007 esse projecto, é caso para perguntar se é intenção do governo melhorar esta estrutura de apoio aeroportuário.

O parque de exposições da ilha Terceira é outra estrutura para potenciar e dinamizar a economia terceirense e que os empresários aguardam com natural ansiedade bem como o novo Porto de pescas de São Mateus. A democracia cristã leva-nos a ter fé.

No capítulo das energias renováveis, o CDS/PP também se orgulha de ter sido pioneiro, ao propor que esta Assembleia fizesse um estudo sobre o ponto da situação, com o objectivo de apontar para o aproveitamento dos recursos eólicos dos Açores, com vista à produção de energia, a qual mereceu então aprovação unânime.

Não sendo nós contra a produção de energia a partir do hidrogénio, o que actualmente é ainda muito caro, defendemos que a prioridade deverá ser a do aproveitamento dos demais recursos renováveis, nomeadamente o eólico, um dos recursos mais abundantes nos Açores e cujo aproveitamento é perfeitamente respeitador do ambiente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A ilha Terceira, a ilha lilás, não mudou ainda certamente de cor, não será o jardim de rosas que o Partido Socialista apregoa, mas também não será um pomar de laranjas azedas, como ontem aqui se procurou demonstrar. Entre o perfume da rosa e o sabor amargo da laranja, está naturalmente a verdade, o sentir dos terceirenses, aquilo que desejam, aquilo que é realizável e aquilo que são as exigências responsáveis dos deputados.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

(*) **Deputado Osório Silva** *(PS):* Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Podia responder-lhe de uma forma breve, remetendo-o para a minha intervenção que fiz ontem, em que de alguma forma e como esteve atento respondia às questões que foram aqui colocadas. Mas de qualquer modo, querendo contribuir para o debate, que é sempre salutar, e uma vez que o tema que traz tem a ver com a Terceira, gostaria de lhe dizer que da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como foi demonstrado ontem, há de facto uma grande satisfação pelos investimentos e pelas obras que estão a decorrer na Ilha Terceira, uma vez que as mesmas vão ao encontro e de acordo com o manifesto eleitoral assumido para esta Legislatura de 2004/2008.

Em relação ao porto da Praia da Vitória, obra essa de extrema importância para a economia da própria ilha, sendo também uma porta de entrada, quer em termos de comércio, quer em termos de passageiros, já tendo sido iniciada a construção da gare de passageiros nesse mesmo porto, a verdade é que a mesma está prevista para o mês de Maio do próximo ano a sua respectiva conclusão como assumi aqui na minha intervenção.

Em relação ao Porto da Praia (obra essa que também se encontra em bom estado de avanço, em termos da sua execução) e em relação à via rápida, é verdade que o Partido Popular apresentou uma proposta de resolução nesta Assembleia e é verdade também que o Governo Regional, através da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, procedeu a intervenções na mesma de

acordo com essa mesma proposta de resolução, concretamente com o reforço da sinalização horizontal e vertical, bem como a repavimentação da via e a colocação de separadores laterais de forma a garantir mais e melhores condições de circulação naquela via.

Em relação, em particular à faixa que falta ser asfaltada para fechar o anel da Ilha Terceira, que tem a ver com a estrada 25 de Abril, a mesma já não foi executada porque também aqui a Câmara Municipal tem as suas responsabilidades, uma vez que é necessário, antes de asfaltar, efectuar o saneamento básico. Só após o mesmo é que se pode intervir de forma a repor ali um novo repavimento e estamos esperançados que no próximo ano será concretizada esta obra que também é importante para aquele concelho.

Em relação à questão do Porto de Pipas, o mesmo terá a sua conclusão no mês de Dezembro do corrente ano, obra essa de extrema importância, servindo também de porta de entrada para a Ilha Terceira e a verdade é que esta obra sofreu alguns atrasos, mas eles foram no seu tempo devido esclarecidos pelo Governo Regional.

Em relação às energias renováveis, como também foi dito ontem, já foi iniciado no dia 6 de Novembro dois novos furos sobre a geotermia para avaliação da força energética e que vai permitir que num futuro muito próximo, na Ilha Terceira, haja, de facto, uma Central Geotérmica e essa é a nossa esperança e o nosso objectivo.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar para, ao nível do esclarecimento concreto, não só agora mesmo como ontem através da sua intervenção, o Sr. Deputado Osório Silva e os demais Deputados da Ilha Terceira tiveram oportunidade, de forma absolutamente exaustiva, de demonstrar com factos que a Terceira tem merecido toda a atenção do nosso Governo Regional e que há um conjunto de obras estruturantes que estão sendo feitas com grande qualidade e ambição

naquela ilha, como é o caso do projecto para a via rápida que V. Exa., Sr. Deputado, referiu.

Também me congratulo pelo facto de reconhecer que realmente a Terceira não tem sido a "coroa de espinhos" ao nível do investimento que alguns, de forma demagógica, falsa e também incoerente, querem fazer crer. Nesse sentido anoto (registo) a coerência e a memória do CDS/PP ao ter lembrado aqui o que era a via rápida ou a "via sacra" da via rápida já em 1992, ainda por cima ano onde parece, se nos lembrarmos da comunicação social da altura, que houve uma série de investimentos que tiveram que renovar facturas, mas pelos vistos não foi na altura da via rápida Angra/Praia.

V. Exa. referiu o buraco muito recente que apelidou do Barata, por razões que nós percebemos, mas também podia ter referido o buraco, que durou anos, do Caracol, e que nós resolvemos.

Nós estamos habituados a resolver estas situações, quer quando somos nós que as criamos de forma voluntária, quer quando as herdamos.

Portanto, também ao nível do turismo, por aquilo que foi ontem lembrado nesta casa, por aquilo que será lembrado na altura própria, a Terceira tem um conjunto de planos e já tem neste momento um conjunto de hotéis, alguns deles em construção, como na Serreta. Portanto, tem uma situação que é de todo em todo incomparável com aquela que tinha de alguns anos a esta parte.

Comungamos, Sr. Deputado Artur Lima, da sua preocupação, que reputamos de sincera relativamente a que a Terceira, pelos investimentos deste Governo, possa e ocupe o lugar que merece no panorama açoriano, por si e pelo todo regional.

Ela vai continuar com certeza, com os investimentos deste Governo, conforme se vê já de forma substantiva, a ter esse lugar e a poder dar esse contributo.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento *(PS): Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Da minha intervenção, julgo que se percebe perfeitamente que a via rápida sempre foi uma preocupação do CDS/PP.

O que nós hoje nos congratulamos é que esta estrada tenha finalmente um fim, que acabe realmente com a perigosidade que ela tem e com as mortes que nela têm acontecido. Basta pegar na imprensa e ver que todos os anos morrem lá 4, 5 ou 6 pessoas.

Portanto, para nós é motivo de satisfação a conclusão e o arranjo total da via rápida Angra/Praia. Sobre essa matéria acho que não ficou nenhuma dúvida.

Quanto ao porto das Pipas, Sr. Deputado Francisco Coelho, eu faço realmente votos que V. Exas., da maneira que resolveram o buraco do Caracol (não era bem o buraco, era uma torre), resolvam o buraco do Barata, porque realmente depois de reabilitar aquela zona do porto de Pipas, não se vê o fim imediato daquela obra.

Como sabe, porque passa lá todos os dias como eu, aqueles arames e aquelas vedações já começam a constituir perigo para as pessoas, para a estrada e para o trânsito.

Portanto, julgo que é importante que o Governo, com urgência, resolva aquela situação.

Há, no entanto, aqui uma questão que nem o Sr. Deputado Osório Silva, nem o Sr. Deputado Francisco Coelho me responderam, que fiz em jeito de pergunta ao Sr. Secretário, que é o terminal de cargas da aerogare civil das Lajes. Está previsto nestas obras? Se não está previsto, eu gostaria de perceber como é que se vai desenvolver aquela obra e se está previsto algum arranjo ou a inclusão do terminal de carga aérea que é fundamental com o aumento de carga que temos todos os dias para a Terceira, para aquela infra-estrutura ficar, aí sim, completamente funcional?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia** *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a este assunto nós estamos a estudar, efectivamente, o terminal de carga. É uma obrigação, mesmo por causa das regras de segurança do INAC, separar o hangar da carga.

Pensamos fazer este ano o projecto e arrancar no próximo ano com a obra.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Henrique.

Deputado Luís Henrique Silva *(PSD):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Graciosa tem uma população residente de 4.777 pessoas, o que representa 2% do total de habitantes da Região e com um decréscimo de 7,2% comparativamente ao ano de 1991.

Por sua vez a taxa de natalidade é inferior em 2,8% à taxa média regional de nascimentos (9,7% e 12,5%, respectivamente), sendo a taxa de mortalidade de 19%, enquanto na Região é de 11%, e para agravar tudo isto, um índice de envelhecimento de 127%, contra 62,4% a nível Regional. O que comprova seguramente qual será a tendência futura…

Do ponto de vista sócio laboral, a Graciosa conta com uma taxa de actividade das mais baixas da Região.

Segundo os dados oficiais, em 2004, a Graciosa tinha somente 410 trabalhadores por conta de outrem. Ao longo do mesmo ano, 112 Graciosences recorreram ao fundo de desemprego.

Na Graciosa há jovens e mulheres que querem trabalhar. Que querem criar riqueza para a sua ilha, para os Açores. Mas não há empregos, não se tem criado postos de trabalho para empregar os jovens e as mulheres da Graciosa.

Os gastos públicos em betão não chegam, deveriam ser um meio para criar riqueza, para criar postos de trabalho. Para ajudar a estancar a hemorragia que é a "nova emigração" das nossas ilhas. A "emigração" dos nossos jovens, que deixam as ilhas para continuar estudos e não mais regressam à sua, a não ser para passar umas férias.

Falo de problemas sócio demográficos que não poderão ser imputados directamente a ninguém, mas são sérios problemas com os quais a ilha

Graciosa se depara, e são mais do que suficientes para merecerem da parte do Governo Regional uma discriminação positiva, sob pena de a médio/curto prazo comprometer todo o desenvolvimento económico e social da Graciosa.

Acresce a tudo isto o problema do transporte de passageiros (aéreos e marítimos) e do transporte de mercadorias.

Quanto ao transporte marítimo de passageiros, dispenso-me de mais comentários, baste ler na imprensa deste verão todo o descontentamento sobre o assunto.

No que ao transporte aéreo de passageiros diz respeito, os horários da transportadora aérea regional (SATA), para o período de Inverno, ignoram completamente os Graciosenses. O voo da segunda-feira sai às 11:20 da Graciosa, parando na ilha mais próxima cerca das 12 horas, o que inviabiliza o aproveitamento do período da manhã, (para uma consulta médica, por exemplo), e dada a não existência de voo no domingo, os Graciosenses ficam duplamente penalizados tendo que se ausentar da sua ilha no sábado.

Do ponto de vista de quem pretende visitar a ilha o problema é o mesmo, uma pessoa que trabalhe não dispõem de tempo livre para passar um fim-de-semana na Graciosa, pelo menos sem permissão da sua entidade patronal (sexta-feira o voo chega às 14:20 H, o que associado a hora da partida do voo de segunda-feira praticamente o impede).

Considerando as ligações com o exterior da Região, nomeadamente, Lisboa e Porto, só à quarta-feira é possível entender como razoável o horário praticado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Acabei de enumerar um conjunto de problemas que urge resolver para os Graciosenses.

Pergunto, após dez anos de medidas anunciadas pelo Governo Regional da responsabilidade do Partido Socialista, o que foi feito para resolver as referidas situações?

Não aceito como reposta que o voo ao domingo será só em 2008, que os novos barcos serão só em 2008, que os novos aviões serão só em 2008, etc., etc., etc.

Se assim for, prova apenas que só se promete em ano de eleições, nos outros anos justifica-se as dificuldades em cumprir as promessas e mais uma vez a Graciosa fica ligeiramente pior do que já estava, apesar deste ser o terceiro Plano e Orçamento do IX Governo Regional dos Açores.

Como podemos constatar as acessibilidades estão a prejudicar em muito o desenvolvimento daquela Ilha. Abstenho-me agora, de falar de custos e do transporte de mercadorias, seguramente daria outra intervenção...

Outra bandeira de campanha deste Governo Regional foi os chamados fundos da coesão. O que é feito deles? Onde andará a tão anunciada descriminação positiva?

O testemunho é exactamente ao contrário, em 2003 tivemos 3,25% do total do plano, em 2005 2,41%, em 2006 2,91% e para 2007 teremos 2,74%, e continua-se a falar de fundos de coesão…

Quantos foram os euros que chegaram à Graciosa pelos fundos da Coesão?

O orçamento para 2006 consagrou uma verba de cinco milhões de euros para a Graciosa, o próximo consagra menos cerca de 700 mil euros, o problema não é a diminuição da verba, o problema é o que não chegou do orçamento deste ano.

Pergunto pelo prometido Gabinete de Apoio ao Investidor que ajudaria a dinamizar o sector privado?

Para que conste, relembro o comunicado do Governo, aquando da sua visita à Ilha Graciosa, em 4 de Julho pp., onde foram assumidos os seguintes compromissos:

- "Autorizar a abertura de concurso público para a realização da empreitada de infra-estruturas do loteamento da Fonte do Mato (II fase), no valor de 100,000,00 euros, destinados à construção de 19 moradias."
- "Apoiar o processo de transformação da Adega Cooperativa da Graciosa em organização de produtos com carácter polivalente, bem como a modernização dos seus processos de vinificação."
- "Desencadear o procedimento necessário a uma intervenção de melhoria do Caminho Rural da "Canada do Sul", através da realização de uma empreitada

de obras públicas já em execução do respectivo piso em betão betuminoso e construção da rede de drenagem."

- "Desencadear o processo de ordenamento e requalificação do Parque Florestal da caldeira".

- "Autorizar a abertura de concurso público para a adjudicação da empreitada de construção do centro de Apoio aos visitantes da Furna do Enxofre, com o preço base de 356.470,00, e com o prazo de execução de oito meses."

- "Instruir a Lotaçor, S.A. para desenvolver, na área do porto de pescas da Praia, os projectos de 32 casas de apresto, de uma nova lota e de um edifício de apoio ao funcionamento da Associação de pescadores da Ilha Graciosa, de forma a ficarem devidamente enquadrados na zona envolvente."

Estranhamente este Plano não contempla estas obras, compromissos assumidos pelo Governo e importantes para a Graciosa, mas sem direito a dotação orçamental.

Arremato dizendo que o Governo mais uma vez se esqueceu da Graciosa e dos Graciosenses. Esqueceu o que prometeu, não cumpre aquilo que diz.

Com estes Governos do PS, a Graciosa não deu o salto que podia dar no seu desenvolvimento. Foram tantos os milhões em todos os orçamentos, mas a Graciosa ficou de fora. De fora, assistindo com preocupação à saída, sem volta, de muitos dos seus jovens quadros. Referência promissora para o nosso futuro colectivo.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

(*) **Deputado Manuel Avelar** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ouvi com muita atenção as palavras do Sr. Deputado Luís Henrique, mas não podemos concordar na totalidade. Aliás, são idênticas às do ano anterior e se

calhar vão ser muito parecidas com as do próximo ano, mas é um direito que tem e a democracia assim é que funciona.

É preciso também ver que nós estamos de acordo com alguns pontos, e vamos explicar muito bem.

O Sr. Deputado pegou no comunicado do Conselho do Governo. Todas, ou praticamente todas, essas acções lá programadas vão realizar-se em 2007. É preciso dar tempo ao tempo.

Vamos começar pela educação. Esqueceu-se de falar na educação, mas acho que é importante falar-se nela. Há muito dinheiro para continuar a investir e esperamos que 2007 nos traga praticamente uma escola nova. Há um milhão e meio de euros no plano. Esperamos que ela fique pronta. Praticamente é uma escola nova. Os pavilhões A e B vão ser restaurados, porque foram construídos há quase 20 anos, estavam desactualizados e praticamente só se aproveitam as paredes.

Mas vamos falar também no investimento no turismo. Sabe muito bem que vai ser construído, através da Sociedade Ilhas de Valor, um hotel que vai criar possivelmente 30 postos directos de trabalho e outros indirectos. Esperamos que sim.

É muito importante para a Graciosa que se construa um hotel para o desenvolvimento do turismo, mas temos que ver que quando falava do desenvolvimento e dos Fundos de Coesão, a iniciativa privada tem que ter aqui um papel extremamente importante e esperamos que ela o tenho nesta situação do hotel.

As "Ilhas de Valor" vão avançar mas esperamos que a iniciativa privada dê o seu contributo. Isso é muito importante.

Vejamos também o sector da saúde, um sector ao qual o senhor está muito ligado e que gostávamos de falar.

Há dinheiro suficiente e o senhor na sua última intervenção, no plenário anterior, falou no novo centro de saúde.

Acho que isso é extremamente importante para a Graciosa, porque para além de criar condições aos médicos, aos técnicos, aos utentes graciosenses e aos

que por lá passarem e tiverem de usar, também ficará mais um edifício, que será restituído à respectiva entidade proprietária, que o pode usar e muito bem como enfermaria de retaguarda ou um centro geriático, como a Santa Casa o entender.

Em relação aos horários da SATA é verdade que eles não são os ideais. Nós viajamos no mesmo avião e sabemos que as ligações, no horário de Inverno, são más. É verdade e temos que assumir porque é do domínio público. Portanto, nesse ponto estamos de acordo.

Mas vamos falar de outros investimentos.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Mas é para mudar ou é para ficar igual?

O Orador: Não é para ficar igual. Já agora, Sr. Deputado Jorge Macedo, dou-lhe um exemplo:

Em 1996, o último ano que é da vossa responsabilidade, o Orçamento para a Ilha Graciosa ultrapassava pouco um milhão de euros. Amanhã vamos aprovar um orçamento que tem mais de 16 milhões de euros, isto só para vermos o processo evolutivo.

Quanto à Adega Cooperativa, é muito importante transformá-la numa cooperativa de produtores, mas temos que esperar, de certo modo, pelo dinamismo da sua direcção. Mas é intenção da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas apoiar, aliás, tem apoiado, como tem apoiado outras associações que também estão ligadas neste âmbito.

Não estamos satisfeitos a 100%, porque nunca estaremos satisfeitos. Os graciosenses merecem muito mais, mas acho que este plano é positivo para a Ilha Graciosa.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila** *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Henrique:

Realmente na Graciosa vive-se muito melhor do que se vivia em 96 e quanto a isso não há dúvida nenhuma.

Eu vou passar a explicar aqui algumas áreas, aquelas que eu acho mais importantes. O Sr. Deputado Manuel Avelar já referiu algumas, mas eu não posso deixar passar esta oportunidade sem referir duas ou três:

Na agricultura, por exemplo, é sabido que, entre 1992 e 95, os decisores da altura tinham planeado fechar a Graciosa à produção de leite.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Fechar a Graciosa a quê?

O Orador: À produção de leite. Se não percebem, eu posso dizer mais devagarinho para que percebam melhor.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Isso é um facto que toda a gente conhece.

Neste momento, a Graciosa está dotada de uma moderna unidade fabril que foi feita pelos Governos do Partido Socialista e é uma actividade considerada de sucesso como toda a gente sabe. Recentemente teve os seus problemas relativamente às quotas leiteiras, mas felizmente já está resolvido.

Os pescadores antigamente viviam sem porto de abrigo, eu até diria mais, viviam mesmo sem rumo. Não tinham nada, nem sequer uma bóia de salvação.

Eles agora dispõem de mecanismos para a renovação da frota, de uma infra-estrutura portuária que quando estiver concluída vai ser uma estrutura portuária moderna, vai ser um pólo de desenvolvimento da ilha, com um abrigo permanente, uma nova lota, casas de aprestos e um sector de reparação naval.

É curioso falar-se dos transportes marítimos, porque tivemos um crescimento muito rápido a partir de 96. Valia zero, tudo o que vem a cima vale muito mais.

Nós estamos confiantes no futuro. A aquisição das novas embarcações previstas para 2008 vão resolver certamente o problema da nossa e de outras ilhas da Região.

No sector da saúde nós recebemos uma herança de um Centro de Saúde sem quadros técnicos, obsoleto, uma estrutura física completamente degradada, apesar de ter sido intervencionada há relativamente pouco tempo. Ainda para mais, é uma estrutura alheia.

Passamos para uma situação de um quadro equilibrado, estamos a adquirir equipamentos modernos, estamos a remodelar as actuais instalações e agora assistimos ao início do processo de construção de um novo centro de saúde. Realmente é obra.

Nos transportes aéreos realmente deve ser impossível fazer um horário que consiga conjugar todas as ligações.

É certo que em determinados dias da semana temos alguns problemas, mas também é certo que não se podem resolver todos os problemas ao mesmo tempo.

Relativamente à ausência de voo ao Domingo eu quero dizer que o PSD mudou de posição muito rapidamente. Há pouco tempo, em 96, passaram apenas 10 anos, o Sr. Presidente da Câmara da altura defendia que não devia haver voo durante o fim-de-semana para alongar a estadia dos turistas. Isso realmente é olhar para o umbigo.

No turismo, mau grado algumas campanhas negativas como foi o caso da recente caça ao cão, deliberada pela nossa Câmara Municipal, mesmo assim nós temos assistido a um aumento do número de turistas…

Deputado Luís Henrique Silva *(PSD):* O senhor é que é vereador, não sou eu!

O Orador: … que visitam aquela ilha. Agora, com a construção do novo hotel, nós estamos a perspectivar um futuro melhor porque vai aumentar a oferta e criar uma série de postos de trabalho.

No investimento, estivemos muitos anos limitados por montantes e por prazos. Agora com a "Ilhas de Coesão" não temos limite ao investimento e os programas estão constantemente abertos e contam com importantes majorações.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* E as empresas?

O Orador: Relativamente à habitação há uma dotação de 488 mil euros. Portanto, acho que essa questão também está resolvida.

O Gabinete de Apoio ao Investidor está pronto. Vai começar a funcionar.

É preciso não esquecer que os governos do PS passaram grande parte destes 10 anos a recuperar estruturas feitas pelos Governos do PSD, que foram mal feitas. Foi a Escola Básica e Integrada que foi preciso fazer quase uma nova, foi o porto comercial que também estava uma desgraça, a aerogare do aeroporto da Graciosa.

Veja-se por exemplo o caso das estradas. Quantas estradas regionais é que fizeram? O que é que fizeram relativamente àquelas que o PS agora tem que concluir? Essas já deviam estar feitas há muito tempo.

Quem é que não acredita que agora na Graciosa se vive melhor?

Ainda relativamente ao Plano para 2007, eu gostava de dizer que, no que se refere àquelas áreas que eu considero mais importantes, tive o trabalho de fazer um *ranking*. Por exemplo:

- no desenvolvimento de infra-estruturas educacionais e do sistema educativo, nós somos a 4ª a receber;
- no fomento agrícola, nós somos a 5ª;
- no apoio à transformação e comercialização de produtos agro-pecuários, somos a 5ª;
- na modernização de infra-estruturas da actividade da pesca, somos a 7ª;
- no desenvolvimento ao comércio e exportação, somos a 7ª;
- na promoção e investimento à coesão, somos a 5ª.

Podia dizer-lhe mais, porque tenho mais aqui.

Realmente os números não podem ser vistos da maneira como são vistos, muito suavemente. Têm que ser aprofundados para não se cometerem algumas injustiças.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Henrique Silva.

(*) **Deputado Luís Henrique Silva** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, percebi que os senhores traziam essas respostas. Fosse qual fosse o sentido da minha intervenção, a resposta seria sempre a mesma.

Eu não falei aqui na saúde, nem da educação. Falei numa temática que teria a ver com o desenvolvimento e que no meu entender e no entender de muitos graciosenses é fundamental ser discutida.

Também não disse que nada foi feito.

No que diz respeito à educação, eu não quis falar para não dizer que nós tínhamos uma das piores escolas em termos de taxa de insucesso escolar. Não quis aqui falar numa obra nova, porque lamentavelmente, uma cadeira de rodas não pode ir ao Conselho Directivo, por exemplo.

E para também não trazer só coisas negras, tão negras, e de gestão do dia-a-dia, não o fiz.

No que diz respeito à coesão, que foi uma bandeira, não chegou o dinheiro. Essa é uma verdade e não vale a pena nós escamotearmos.

Nós, para estarmos aqui na Segunda-Feira, tivemos que sair no Sábado de casa e estas são situações que não podemos concordar e que não podemos dizer que estão bem.

Os Srs. Deputados insistem em falar na Câmara Municipal. Eu já vos disse que não sou vereador da Câmara Municipal. Os vereadores da Câmara Municipal são os senhores.

O Sr. Deputado José Ávila fala no antigamente, e quando falou do leite disse que ia dizer mais devagarinho para que a gente percebesse.

Deputado José Ávila *(PS):* Não era para si, Sr. Deputado. Era para o seu colega.

O Orador: Percebemos Sr. Deputado. Antigamente, o Sr. Deputado era do PSD e nessa altura, quando houve este problema do leite, eu tive ao lado dos lavradores a defender que eles tinham razão, mas o Sr. Deputado não apareceu.

Deputado Pedro Gomes *(PSD): Muito bem!*

O Orador: Quando foram feitas as obras no Centro de Saúde, e o PSD é que as fez, algumas não foram bem feitas. Nessa altura eu já era funcionário de lá e eu disse que elas estavam mal feitas, Sr. Deputado.

Defendi, sempre fui coerente com os meus princípios e sempre actuei independentemente dos partidos, porque não estou aqui para defender nenhum

partido. Defendo o meu partido, os meus princípios, mas defendo sobretudo a Graciosa.

Neste momento o que está a faltar à Graciosa é que os Srs. Deputados façam a mesma coisa, porque as medidas que foram anunciadas no comunicado do Governo na Graciosa, em Conselho de Ilha, foram aprovadas por unanimidade, razão pela qual eu não pude deixar de as trazer aqui.

Eu não disse que na educação nada foi feito, que na saúde nada foi feito. Eu disse que era preciso fazer mais, que nós merecíamos mais, que nós merecíamos uma descriminação positiva, que nós merecíamos melhores transportes, melhores acessibilidades e merecíamos muito mais emprego para fixar os jovens, porque esse é o problema nº 1 na Graciosa e o Sr. Deputado sabe muito bem que é verdade, mas como tem que agradar ao Governo, está com problemas em assumir que isso é verdade. Assuma Sr. Deputado, porque o senhor sabe que é verdade.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Esta é que é a verdade que nós temos que defender para a Graciosa.

Eu não disse na minha intervenção que não se fez nada e se quer eu envio-lhe cópia para poder confirmar. Eu até disse que se fez obra.

Agora, há coisas que não estão a ser feitas, que a Graciosa precisa para o seu desenvolvimento, para fixar os seus jovens. O senhor tem 2 filhas na universidade, eu tenho uma e todos nós que temos filhos gostávamos de ver os nossos filhos a trabalhar na Graciosa.

O senhor agora fala sobre saúde porquê?

Eu nunca disse que estava tudo bem na saúde, Sr. Deputado e na altura em que o PSD era Governo eu critiquei a saúde e as más medidas. Não encapotei como os Srs. Deputados agora estão a fazer. Defendam a Graciosa, porque ela precisa muito mais que a defendam do que o Partido Socialista, porque parece que há muitos votos, muito poder, e tudo é bom.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

(*) **Deputado Manuel Avelar** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Henrique:

Vamos com calma!

Falou numa quantidade de coisas para as quais vamos chamar a atenção.

Leu extractos do comunicado do Conselho de Governo, nem que não fosse para serem feitos os investimentos referidos. Eles vão ser feitos.

Falou do loteamento da Fonte do Mato (Fonte do Mato é o nome técnico que eles têm na Vila da Praia). Ele vai ser feito até antes da 1ª fase estar completa. Portanto, estamos adiantados nisso. Esperamos é que tenhamos gente…

Deputado Luís Henrique Silva *(PSD):* E dinheiro!

O Orador: O dinheiro há-de chegar. A Secretaria da Habitação tem bons apoios para que os jovens possam construir. Aliás, aprovámos há pouco tempo, salvo erro no plenário anterior, um Decreto Legislativo Regional que, com majorações relativamente boas, serve para os jovens graciosenses e das Ilhas de Coesão. Quando falamos aqui de graciosenses estamos a falar também em geral de todos os jovens e, neste caso, principalmente os das Ilhas da Coesão, porque têm mais necessidade. É uma verdade, Sr. Deputado, sem dúvida nenhuma.

Eu também sou de uma Ilha da Coesão e por isso estou aqui a chamar a atenção para isto.

Falou também da Caldeira e do Parque Florestal. É um projecto para avançar no próximo ano. Não tenha dúvidas que a requalificação é para avançar. Estava a ficar relativamente degradado.

Mas vamos falar aqui um pouquinho da fábrica que hoje é explorada, da PRONICOL e não posso passar aqui sem deixar de citar o ex-Secretário da Agricultura, Prof. Fernando Lopes, que teve um papel extremamente importante na conclusão de todo aquele processo. Sabe muito bem as

dificuldades que a Câmara "engonhou", se calhar durante um mandato, e não teve coragem para as resolver. Foi preciso que o Governo se empenhasse para resolver a situação.

O Sr. Deputado sabe isso melhor do que eu, porque embora a sua profissão seja outra, está muito ligado à lavoura e sabe o papel importante que o Sr. Secretário Fernando Lopes teve, junto com o Governo Regional.

Quando fala na fixação dos nossos jovens, é preciso criar condições, é verdade, mas também temos que ter consciência que com a emigração, em termos de perca da população, desde de meados da década de 50, Séc. XX, a Graciosa começou a perder população.

Não é novidade nenhuma. Temos quase a população mais envelhecida da Região, é uma verdade. Agora, temos que ter consciência de que todos os nossos jovens não poderão regressar. Vou dar-lhe um exemplo, em termos de enfermagem:

O senhor sabe melhor do que eu que tínhamos 5 ou 6 enfermeiros. Agora temos 12 ou 13 no quadro e alguns contratados. Não podemos contratar enfermeiros indefinidamente.

Acredito que vão ser mais alguns para trabalhos com a 3ª idade. Isso é verdade. Aliás, os médicos pretendem fazer alguns trabalhos, mas nem todos vão ficar lá. Temos que ser realistas!

Era bom que os médicos que temos fora, temos até alguns a fazer especialidade, voltassem, mas temos que ser realistas, porque nem todos vão voltar.

Agora temos que ter consciência que temos que criar condições para que a maioria regresse à nossa ilha e seja um factor de desenvolvimento.

Deputado Nuno Amaral *(PS): Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila** *(PS):* Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu quando disse que ia explicar devagarinho não foi exactamente para si, foi para um colega da sua bancada que não percebeu aquilo que eu tinha dito, por isso não se deve ofender com esse aparte que eu fiz.

Relativamente ao Fundo de Coesão, eu queria dizer ao Sr. Deputado que, de facto, estão destinados para a construção do hotel 6,7 milhões de euros. Portanto, eles têm que sair de algum lado.

Também queria dizer ao senhor que não me vai ensinar a defender a Graciosa. Peço desculpa e também não o quero fazer.

O senhor esteve ao lado dos lavradores, é certo, mas eu também estive e o meu colega Manuel Avelar também esteve. Se calhar o senhor não viu. Portanto, só vê quem quer.

Relativamente à questão dos projectos que são anunciados, é evidente que o senhor tem que dar algum tempo para eles serem executados, senão passamos do projecto à inauguração da obra e não pode ser.

Eu queria só lhe dizer mais alguma coisa relativamente ao investimento ou à falta de investimento.

Os novos investimentos previstos para a Graciosa têm sobretudo como destino fixar jovens, por isso é que estão a fazê-los.

Não se esqueça que o hotel, como já disse aqui, vai proporcionar mais 30 postos de trabalhos, temos as Termas do Carapacho, temos o apetrechamento do porto de pescas que também pode ser um pólo de desenvolvimento.

Isto é um projecto integrado e é preciso também não esquecer que nós estamos apenas a dois anos do início deste mandato. Portanto, há coisas que podem demorar mais algum tempo, mas uma coisa é certa, Sr. Deputado, se o senhor pensa que nós não vamos concretizar o nosso programa, está muito enganado.

O nosso objectivo é cumprir o programa que apresentamos e que ganhou as eleições na Graciosa em 2004.

Deputado António Toste *(PS): Muito bem!*

Presidente: Srs. Deputados, vamos suspender os nossos trabalhos por 30 minutos.

Entretanto vão ser divulgados os tempos.

Deputado Independente – 1 minuto

Partido Popular – 39 minutos

PSD – 141 minutos

PS – 126 minutos

Governo – 237 minutos.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 35 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 25 minutos.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Tomé.

Deputado Nuno Tomé *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como temos afirmado, desde sempre nesta Assembleia, Política de Juventude não se resume à acção do Orçamento, que assume a denominação de Juventude. Não é aliás sequer circunscrita ou delimitada pela actividade de um único membro do Governo. Políticas para a Juventude são, por isso, todas as Políticas implementadas pelo Governo, que tenham como objectivo garantir a sustentação a médio longo prazo de um modelo de governação capaz de assegurar a continuidade futura do Estado Social.

Os Governos Regionais do Partido Socialista têm, dentro da medida das suas possibilidades, correspondido aos anseios da Juventude Açoriana, inovando nas medidas e nos programas. Há, na verdade, uma atenção generalizada às necessidades dos Jovens, que são hoje, substancialmente diferentes das de há 10 anos atrás.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Emancipação Jovem, problemática transversal a todos os Jovens Europeus, tem merecido especial atenção em todas as suas vertentes. No acesso ao Emprego, através do Programa Estagiar; na Habitação através dos incentivos à aquisição de habitação própria concedidos aos Jovens com a consagração de regime de preferência no acesso aos programas de custos controlados e no incentivo ao Empreendedorismo Jovem por via do programa de incentivos da Secretaria Regional da Economia, entre outros. Podemos, assim, afirmar, analisando todas as áreas da governação, que a Esquerda tem uma visão ampla de política de Juventude.

Não é, portanto, nem correcto nem justo avaliar o desempenho, passado ou futuro, deste sector da governação, atendendo apenas às rubricas directamente relacionadas com a Juventude, inscritas no Plano.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os intercâmbios culturais são um instrumento fundamental para que os Jovens Açorianos possam adquirir novas experiências. O conhecimento de outras realidades e o contacto com outras comunidades são medidas de grande alcance, uma vez que são, tendencialmente potenciadoras de mais conhecimento.

O início da construção da Pousada da Juventude do Pico e a abertura do processo da de Santa Maria constituem um marco importante para os jovens daquelas ilhas, que verão desta forma facilitada a recepção de grupos de intercâmbio. Para além disso, a presença de Jovens de outras proveniências também será importante, quer ao nível dos intercâmbios informais, quer ao nível do aumento da receita turística Regional.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As oficinas de Criação Jovem são um programa, que visa colocar à disposição dos jovens tudo o que necessitam para a realização dos seus projectos artísticos; desde um forno para cozer barro até um estúdio para ensaios e pequenas gravações. Fomenta a auto formação e transmissão de conhecimentos

e experiências entre os jovens e abrange as áreas da Música, da Escultura, da Pintura, do Teatro e da Fotografia. Em todas estas áreas, há materiais que são de difícil acesso para a maioria dos Jovens, mas que, nestes espaços, postos gratuitamente à disposição de todos, podem ser utilizados por todos os jovens que tenham um projecto ou uma boa ideia, mas não tenham os meios para a concretizar.

A criação destes Espaços representa um imperativo democrático; uma vez que serão potenciadores da igualdade de oportunidades no acesso a bens de produção cultural.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não é possível conceber hoje o mundo sem falar no fenómeno das Novas Tecnologias e no modo como estas influem na vida em comunidade. O ser humano é, essencialmente, um ser de comunicação.

A história da evolução do Homem confunde-se com a própria história da comunicação. Hoje, são cada vez mais em maior número os instrumentos existentes que possibilitam uma melhor comunicação e uma significativa redução das acessibilidades e do próprio espaço temporal. O que há umas décadas atrás era impensável fazer nos Açores ou levaria vários meses a fazer pode ser realizado num curto espaço de tempo. Reforçamos a nossa presença no mundo, garantimos maiores condições de operacionalidade num regime que promove melhores oportunidades concorrenciais.

Vivemos num mundo onde, ao fenómeno da globalização, se deve acrescentar o já conhecido conceito da glo-localização, ou seja, pensar globalmente e agir localmente. Nos últimos dez anos, a Região conheceu um desenvolvimento ímpar nesta matéria.

O Orçamento Regional para 2007 consagra novamente um aumento das acções referentes ao desenvolvimento da actividade científica e tecnológica. Tal facto consubstancia a manutenção desta prioridade. Os Açores são por isso, hoje, uma região desperta para as novas tecnologias.

A ciência e tecnologia são áreas centrais nas governações modernas. O conhecimento é um pilar fundamental para a competitividade económica e para o bem-estar social. A esmagadora maioria dos especialistas concorda que a criatividade se transformou no factor decisivo na competitividade de empresas, cidades e países, onde os mercados amadurecem mais depressa e a complexidade é cada vez maior. A tecnologia é já uma realidade incontornável no quotidiano das pessoas. Diariamente, são enviados 60 mil milhões de emails, mil milhões de SMS e são publicados 1.2 milhões de post na blogoesfera.

Os Açores do futuro têm que saber responder ao desafio da criatividade. Tal facto depende, em larga medida, da aposta na ciência. O número de bolsas concedidas para doutoramentos ou pós-doutoramentos em instituição açorianas, actualmente de 32, vai duplicar nos próximos quatro anos, permitindo criar na Região "um sector de Investigação e Desenvolvimento que seja, ele próprio, gerador de atracção e de oportunidades para jovens cientistas".

Desta forma, as instituições de investigação dos Açores empregam 350 investigadores, 275 dos quais são doutores que trabalham a tempo inteiro em instituições académicas, com destaque para a Universidade.

A tecnologia depende cada vez menos dos Governos. São as entidades reguladoras que sub entendem a prestação de serviço por parte das operadoras. Há, no entanto, um conjunto de opções que tomadas hoje poderão ter uma influência decisiva no médio/longo prazo. É por isso que na tecnologia para além da informatização do governo (e-government) e do estabelecimento de uma rede de dados e voz sobre IP entre os organismos da administração regional convém ter em atenção os novos desenvolvimentos tecnológicos quer ao nível da conectividade quer ao nível da usabilidade (implementação de front Office´s amigos do utilizador). Importa também criar mecanismos que combatam o desperdício tecnológico. Dever-se-á optar sempre pela aquisição de hardware e software capazes de garantir a expansibilidade dos sistemas

minorando desta forma sucessivas necessidades de investimento em actualizações de sistemas existentes.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No seguimento da definição das novas políticas, com a aposta clara, e mais veemente, na sociedade de informação, na qualificação dos recursos humanos e numa maior coordenação sectorial e interdisciplinar, a concretização das políticas da Juventude assume, assim, um papel fundamental e preponderante na ligação entre os vários departamentos do governo, que de uma forma directa, e indirecta, tenham como público alvo os jovens.

É neste novo contexto que o plano de investimentos para 2007 tenderá a reflectir esta nova aposta estratégica, bem como toda a nova dinâmica conducente à concretização das novas políticas. Toda a acção do Governo visa, porém, entre outros aspectos, preparar os Açores de amanhã, que se fará, sem sombra de dúvida, com os jovens de hoje.

Com a apresentação do plano de investimentos, verifica-se a aposta em novas áreas de desenvolvimento. Com novas acções em áreas como a cidadania, a criação artística jovem, o desenvolvimento de competências tecnológicas dos jovens e cooperação transregional.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pela 11ª vez consecutiva esta Assembleia discute um Plano e Orçamento que corresponde às expectativas da Juventude Açoriana. É o resultado do trabalho de proximidade que o Governo Regional do Partido Socialista tem levado a cabo na última década. Os jovens açorianos revêem-se no arrojo das políticas defendidas e implementadas pela Esquerda moderna. Muito há ainda por fazer. Porém, tenhamos a capacidade de reconhecer o muito que tem sido feito e, bem feito pelos governos regionais do partido socialista. Hoje, os jovens açorianos são receptores e autores da política açoriana. Revêem-se por isso na região sendo uma componente fundamental do desenvolvimento sócio

económico a que temos vindo a assistir. O Governo Regional do Partido Socialista tem provado consecutivamente que é capaz de reconhecer, sem paternalismos vãos, a importância e a força da juventude.
Disse…

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.
Deputado José Ávila *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:
Não há qualquer dúvida que o Plano Regional de Emprego foi um sucesso. Foram traçadas metas para o período 1996-2006 para combater o desemprego e fomentar o emprego, ambos com repercussões sociais e económicas, sobretudo para as comunidades mais pequenas.
Fechado este ciclo de políticas de emprego, já estão propostas novas gerações de políticas, nomeadamente o novo Plano Regional de Emprego e o Programa Operacional para a Empregabilidade, ambos para vigorar de 2007 a 2013. A conjugação desta estratégia com a formação profissional, actuando em articulação, de certeza que manterão a Região com bons resultados.
Na Região Autónoma dos Açores verificou-se uma descida acentuada na taxa de desemprego a partir de 1996, data da entrada em execução do referido plano, e a partir de 2001 e até esta data a referida taxa de desemprego tenha ficado sempre abaixo das taxas da Europa, de Portugal Continental, dos Estados Unidos da América, do Japão, do Luxemburgo e por esta mesma ordem.
Segundo dados revelados na passada semana, a taxa de desemprego desceu no terceiro trimestre deste ano 21,4% relativamente ao igual período do ano anterior, fixando-se em 3,3%, enquanto a taxa do continente Português é de 7,4%, na Madeira é de 6,1% e a do Algarve, região mais próxima dos Açores nos últimos tempos, se situa nos 5,1%. Esta taxa foi calculada com o mesmo

método usado em todo o país e mediante as mesmas definições do Eurostat e da Organização Internacional do Trabalho, para que não restem dúvidas.

O que é certo é que, apesar das declarações pessimistas feitas sempre que o desemprego sobe algumas décimas, a nossa Região continua a situar-se dentro dos parâmetros do pleno emprego, o que para todos deveria constituir motivo de orgulho. Para nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é, de facto, uma grande satisfação, mas esse estado de alma não nos fará baixar a guarda porque enquanto houver um desempregado, a nossa missão não estará totalmente cumprida porque, como todos sabem, este problema afecta e produz impactos de modo diferente nas nossas ilhas, sobretudo nas mais pequenas, como a nossa.

O curioso é que esta evolução positiva na taxa de desemprego se verifica ao mesmo tempo que o número de empregados aumenta e, inclusivamente, em Setembro de 2006 foi batido o recorde de todos os tempos na Região Autónoma do Açores, com um total de 108.109 trabalhadores no activo. É uma grande obra atingir bons resultados nestas duas vertentes.

Para avivar a memória é bom recordar que a taxa de desemprego em 1996 era de 7,9%, enquanto, nesse mesmo ano, o número de empregados era de apenas de 86.900.

Gostaríamos agora de ouvir aquelas mesmas vozes num reconhecimento do bom momento que a Região atravessa no que se refere ao emprego, mas sinceramente receamos que a admissão deste mérito possa ser considerada politicamente incorrecta para uma oposição ansiosa por defeitos e azares.

Os sucessos das políticas de emprego e do trabalho, que estão intimamente ligados à qualificação dos recursos humanos e à formação profissional, tem permitido o aumento da oferta de emprego nas mulheres e jovens. De Junho de 2005 a Junho de 2006 entraram no mercado de trabalho 3.490 novos trabalhadores, sendo 62,3% mulheres e 37,7% homens, enquanto se verificou a entrada de mais 1.500 para substituir igual número de reformados. Desta soma cerca de 3.000 são jovens, sendo que 2/3 deles passaram pelo ensino profissional, enquanto cerca de 4 centenas são detentores de licenciatura e

passaram pelo programa Estagiar L e outra centena por programas de reconversão de licenciados.

Está à vista de todos que estamos no caminho certo e a cumprir um desígnio que nos é muito caro: aumentar a empregabilidade para jovens e mulheres.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista quando chegou ao Governo em 1996 "herdou" apenas 5 escolas profissionais com 26 cursos, enquanto agora já dispomos de 18 escolas com 297 cursos. Os formandos em 1996 eram 434, enquanto agora são mais de 6.000. Mais de 15 % da população activa da Região está já habilitada com cursos profissionais, o que acaba por trazer benefícios na produtividade e no rendimento.

A formação profissional tem como meta o emprego, com activos especializados, por isso tem sido muito importante ouvir o mercado para adequar os cursos às suas necessidades e tendo não só como destino os jovens, mas também capacitando os actuais activos e, sobretudo, os desempregados.

Esta foi e será uma forte contribuição para melhorar os níveis de competitividade das empresas e a capacidade produtiva regional.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É um lugar comum dizer-se que o desporto e a actividade física fazem bem à saúde. Apesar desta ser uma conclusão já há muito conhecida, recentemente temos assistido à difusão de alertas preocupantes relativamente ao sedentarismo e à falta de exercício físico, provocados pelo aumento dos níveis de conforto e à drástica mudança dos hábitos alimentares das populações que se tem vindo a verificar nos últimos tempos.

Se é certo que no nosso planeta já existem mais pessoas com peso a mais do que sub nutrida, realidade difícil de entender, na Região Autónoma dos Açores os números também dão que pensar.

Segundo um estudo da Direcção Regional do Desporto, em colaboração com a Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do

Porto, denominado "Actividade física habitual da população adulta açoriana", o índice de obesidade está na ordem dos 17,7%. Relativamente ao excesso de peso esse valor chega aos 37,7%. É igualmente conhecido que a população jovem também padece destas incidências. Este aumento do sedentarismo, que provoca esta situação preocupante, tem merecido por parte dos responsáveis políticos uma atenção especial e tem provocado algumas alterações na política desportiva da Região.

São três as vertentes do Plano 2007 no domínio do desporto:

- Instalações e equipamentos;
- Actividades desportivas;
- Promoção e formação.

Se, por um lado, a política desportiva tem sido orientada para as estas três áreas, por outro lado tem havido por parte dos decisores grande visão para, cada vez mais, chegar a camadas da população afastadas da prática desportiva regular. Foram os casos dos programas "Actividade Física e Desportiva Adaptada", "Escolinhas do Desporto" e "Açores Activos". O sucesso destas acções está garantido não só pela participação, mas também pelo aspecto inovador destes programas direccionados.

Os praticantes federados em 2005 foram cerca de 19.000, sensivelmente os mesmos de 2004. Na "Actividade Física e Desportiva Adaptada" passamos de 633 participantes em 2004 para 650 em 2005, um crescimento de 2,7%. No projecto "Escolinhas do Desporto" assistimos a um aumento de 3.777 alunos e 287 núcleos em 2004 para 4.112 alunos e 327 núcleos em 2005, que representa um crescimento de 8,9% dos participantes e 13,9% dos núcleos. No "Desporto Escolar" registou-se, no ano escolar 2005/2006, actividades em 23 clubes com 113 núcleos e 2.052 participantes.

O novo regime jurídico de apoio ao desporto veio disciplinar e clarificar a relação das entidades oficiais com os clubes e associações e, sobretudo, acabar de vez com casos pouco dignificantes que a anterior legislação não permitia blindar.

O Governo Regional tem apostado na construção de novos espaços e na requalificação do parque desportivo açoriano e isso continuará a verificar-se em 2007. São os casos da piscina coberta e aquecida no Complexo Desportivo Vitorino Nemésio, a requalificação do Complexo Desportivo do Lajedo, lançamento do concurso do Parque Desportivo do Faial, apoios à construção de pavilhões do Candelária, Sporting da Horta e Clube K e melhoramentos nos espaços desportivos exteriores da Escola Básica e Integrada da Graciosa, adequando-os ao desporto escolar, educação física e actividades de treino dos escalões de formação.

Nas áreas do emprego, formação profissional e desporto é visível um grande esforço financeiro e a análise sectorial dos resultados obtidos permite-nos ter como garantido o retorno do investimento e concluir que nestes últimos 10 anos houve uma grande transformação dos Açores para melhor, francamente melhor, e os números não enganam. É isso que nós achamos, é isso que os Açorianos acham.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos *(José Contente):* Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Plano de investimentos para 2007 da SRHE operacionaliza a estratégia definida e aprovada no Programa de Governo para esta legislatura, nas áreas da habitação, obras públicas, comunicações e protecção civil.

A estratégia definida pelos Governos dos Açores presididos por Carlos César no sector da habitação tem vindo a aperfeiçoar-se desde 1996. Em termos puramente quantitativos hoje cedemos mais de 300 lotes por ano o que é 3 vezes mais do que nessa altura. Estamos agora a incrementar a promoção da

construção de habitação pela via empresarial de construção de habitação a custos controlados, pela via cooperativa e particular na vertente de construção de habitação própria e sobretudo pela implementação de medidas que visam a recuperação e manutenção do parque habitacional existente.

Ao nível da legislação, a trajectória inovadora que fizemos resultou na aprovação de 3 novos diplomas relativos à habitação degradada, construção a custos controlados, construção, ampliação, alteração e aquisição de habitação própria permanente onde inscrevemos novas soluções para novos problemas.

É com base nisto que vamos trazer no próximo ano à ALRA um novo diploma sobre arrendamento social onde também vamos inscrever novas regras para realojamentos já que os entendemos como arrendamentos sociais. A avaliação da legislação sobre apoios a imóveis afectados por térmitas está igualmente a ser feita face à experiência colhida até hoje. Promovemos e acompanhamos a mudança com o duplo entendimento da insatisfação pelo que falta fazer e com a serenidade da obra executada.

Assim, se, em 1996, os apoios à habitação degradada eram pontuais e insuficientes, hoje, as intervenções estruturais que podem ser feitas nesta área podem atingir 25.000 euros, havendo majorações especiais em casos de pessoas com deficiência e jovens com deficiências para além da majoração de 15% nas ilhas da coesão. Também neste programa os segundos apoios passaram a ser possíveis e a posse parcelas de terreno pelos potenciais beneficiários deixou de ser condição de exclusão de candidaturas dentro de determinados parâmetros. Em matéria de custos controlados abrimos a possibilidade desta forma de produção de habitação às empresas e a outras entidades como IPSS e similares, com várias modalidades de cedência de terrenos infraestruturados ou não e dos próprios projectos, tendo simultaneamente introduzido novas regras para disciplinar a eventual alienação deste património construído com apoios públicos, como sejam, o ónus de inalienabilidade que passou de 5 para 10 anos e o direito de preferência do Governo sobre a compra desses imóveis por um preço administrativo. Já este ano, aprovámos um novo regime jurídico dos apoios financeiros à construção,

ampliação, alteração e aquisição de habitação própria garantindo novas oportunidades aos cidadãos mais consentâneas com as actuais necessidades em matéria de habitação.

Com efeito, neste novo programa privilegiamos a aquisição de imóveis do parque habitacional existente evitando o abandono e a degradação do edificado, a desertificação dos centros urbanos e a ocupação desnecessária do solo. Prevemos apoios diferenciados consoante a zona onde a habitação se situa sabendo que nas zonas mais urbanas o preço dos fogos é maior. Concedemos apoios financeiros a fundo perdido aos adquirentes de habitações construídas no regime de custos controlados incentivando deste modo o investimento privado de modo a tornar o Governo mais um promotor e não um produtor de habitação social.

Continuamos atentos à necessidade de diminuirmos as vulnerabilidades do edificado e por isso este programa não apoia a aquisição de imóveis que se localizam em zonas de risco, ou por serem inadequados ao agregado familiar ou ainda por não reunirem as condições mínimas de habitabilidade e segurança. Têm acesso a este programa beneficiários da habitação degradada e as ilhas da coesão continuam a ter apoios majorados. Tudo isto num quadro de novas urbanizações que estão obrigatoriamente associadas espaços verdes e outros destinados a equipamentos sociais e colectivos.

Quer dizer, em pouco tempo mudámos o paradigma da política social de habitação especificando e estruturando novos programas neste sector mais ajustados às realidades emergentes dos Açores e à própria dinâmica da habitação social.

A concretização desta política, no que concerne à construção de habitação, é feita com investimento em infra-estruturas nos solos adquiridos pela RAA, tendo em vista a cedência de lotes a particulares e/ou a empresas que investem no sector da produção de habitação.

Se, há uma década erradicação de barracas, Bairros dos Pescadores e da Cova da Moura em Rabo de Peixe, Bairro Joaquim Alves e Bairro da Terra Chã na Terceira eram sinónimos de fatalidades expressas em situações concentradas

de pobreza e de grande indignidade, hoje, a sua transformação em modernas habitações e urbanizações está em curso ou está a ser projectada para que até ao final desta legislatura as soluções estejam encontradas.

A este propósito no próximo mês lançaremos o concurso para a construção das primeiras 73 moradias, num investimento de 4,5 milhões de euros, destinadas a requalificar o agora chamado Bairro Joaquim Alves que será transformado num conjunto habitacional moderno e aprazível que marcará a entrada poente da Cidade da Praia da Vitória. Outrossim, decorrem vultuosos investimentos em Rabo de Peixe para resolver duas velhas zonas críticas, Bairro dos Pescadores e Cova da Moura, e, após a comparticipação do programa de erradicação de barracas em que apoiámos as autarquias em mais de 42 milhões de euros, destinados à edificação de mais de 1200 fogos, vamos agora também avançar para o projecto da requalificação do chamado Bairro da Terra-Chã, em particular para aquelas famílias que vivem em sobrelotação ou que não são proprietárias.

Por outro lado, temos em curso um vasto programa de custos controlados e auto-construção que atingirá no final desta legislatura a cedência de um número de lotes da Região superior a 1200. Contabilizando os apoios já executados e os previstos no programa de habitação degradada e dos arrendamentos sociais concluímos que neste quadriénio apoiaremos milhares de famílias.

Deste modo, em pouco tempo vamos conseguir dar novas respostas a défices habitacionais graves e estigmatizantes, que eram considerados quase inultrapassáveis por muitas pessoas. Mesmo com calamidades pelo meio estamos a cumprir o desenvolvimento integral dos Açores gerando novas e modernas soluções, com o entusiasmo e a persistência de quem põe os Açores sempre em primeiro lugar.

Na verdade, o Plano de 2007 inscreve na área da habitação montantes que permitem alcançar resultados práticos e concretos para as pessoas, aliás as verdadeiras metas do nosso desenvolvimento.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O sector da Construção Civil e Obras Públicas na Região continuará a ter um peso significativo, quer pelo volume de negócios que se prevê que venham a ser gerados, quer pelo emprego que lhe está associado.

Este sector tem apresentado felizmente nos últimos 10 anos indicadores positivos quando comparado com o resto do País. Com efeito, a Região apresenta, por exemplo, melhores resultados do que o Continente e a Madeira ao nível das taxas de crescimento anual relativas ao Licenciamento de Edifícios; em matéria de consumo de cimento a Região duplicou a venda anual entre 1995 e 2005.

Nos próximos anos prevemos estabilidade para este sector pelas oportunidades ligadas à vigência do IV QCA que continuará a financiar obras públicas de modo directo ou indirectamente beneficiará sectores económicos que implicam procura na construção civil. Aliás, aqueles políticos e ou pseudo-intelectuais que com hipocrisia falam da política do betão, incorrem em vários logros. Desde logo, as infra-estruturas serão obrigatoriamente de betão, numa região marcada por um forte enquadramento geodinâmico, pelo menos até a uma futura utilização de materiais mais leves, e, por outro lado, destinando-se as infra-estruturas às pessoas parece que será por isso que a maioria das propostas dos detractores do betão são sempre, obras de betão!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Pedro Gomes *(PSD):* Vai perceber o quão enganado está!

O Orador: Além destes aspectos singulares, estamos mais ocupados em introduzir novas técnicas nas empreitadas, designadamente, recorrendo a aplicação de novos materiais nos pavimentos, de grande vantagem em termos de custo benefício e que permitirão conservar a nossa rede viária regional agora e no futuro. Basta referir a utilização de microgranulados de betuminosos

que nesta legislatura significam empreitadas concluídas e adjudicadas numa extensão de cerca de 100 Km e num investimento de 3,5 milhões de euros.

Estamos deste modo a prosseguir a modernização da nossa rede viária conferindo-lhe segurança, qualidade e os melhores padrões de modernidade.

Em suma, desde 1997, que o investimento em construção e reabilitação de estradas regionais não tem paralelo na história dos Açores, implicando a requalificação e a densificação das nossas infra-estruturas rodoviárias sem descurar as questões ambientais que desde o século XIX estão presentes na estratégia de então de rasgar "estradas panorâmicas". Recorde-se que os Açores em 1996 tinham uma rede viária regional de 1400 Km com 200 Km de estradas novas e intervencionadas. Até ao final desta legislatura faremos intervenções ao nível de novas estradas e vias reabilitadas que chegarão aos 1000 km,…

Deputado Pedro Gomes *(PSD):* Os números variam. Ainda estamos à espera da resposta a esse requerimento!

O Orador: … ou seja, em 12 anos faremos 5 vezes mais do que aquilo que foi executado em 20 anos. Por tudo isto, dizemos com orgulho que nunca se fez tanto em tão pouco tempo. Mas queremos sempre fazer mais pelo que vamos continuar a garantir as melhores acessibilidades com vias correctamente dimensionadas, capazes de responder à satisfação de objectivos socio-económicos e a um funcionamento eficaz do sistema de transportes terrestres, porque estes são factores decisivos no desenvolvimento da nossa Região. Deste modo, iniciaremos nesta legislatura as variantes às Capelas, Rabo de Peixe, lançaremos os concursos para as variantes a S. Carlos, à Ribeirinha e, a ligação ao novo Hospital na Terceira. Tudo isto a par da reabilitação e manutenção de algumas estradas regionais, com particular incidência para a ilha das Flores.

Em matéria de transportes terrestres, avançámos para os apoios à renovação da frota de autocarros tendo já financiado 112 novas viaturas, e introduzimos como experiências que estão a dar resultados positivos, o serviço público de transportes colectivos nocturnos e o transporte alargado aos fins-de-semana.

Noutra área, o novo Laboratório Regional de Engenharia Civil construído no ano 2000 passará a ter um papel cada vez mais activo e de excelência podendo

tornar-se uma referência nacional, por exemplo, com a prestação de serviços associados à maior parede de reacção do País que está a ser instalada neste departamento.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Mais activo em relação a quê? A este ano ou ao anterior?!

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No domínio das Telecomunicações reduzimos a clivagem digital geográfica com vários projectos e medidas em que o Governo Regional tem estado envolvido: acesso aos canais generalistas, estação de rastreio e telemetria em Santa Maria, o primeiro seminário de comunicações e o 1º encontro da Associação de Comerciantes e Instaladores de Sistemas de Telecomunicações (ACIST) subordinado à temática da banda larga, onde também foi apresentado um estudo sobre o sector das comunicações nos Açores até 2010, a nova estação fixa de observação da Terra da responsabilidade da EDISOFT, em Santa Maria, que aproveitará as sinergias da estação ESA e que constitui um negócio de 63 milhões de euros, o alargamento da acessibilidade rural no âmbito da banda larga (ainda que seja preciso fazer muito ainda nesta área), melhoria da cobertura da rede móvel, sempre motivados pela estratégia de aumentar o dinamismo da nossa economia, reconhecendo que a promoção de novos projectos…

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* A rede móvel os senhores também é que fizeram!!!

O Orador: … inseridos nas Tecnologias de Informação e Comunicação darão novos empregos qualificantes e novas receitas se passarmos a uma velocidade superior.

Neste quadro, como resposta a um desafio do Governo Regional existe uma proposta de um consórcio que pretende instalar uma infra-estrutura de produção de sistemas de engenharia de alta tecnologia nos Açores. Trata-se da parceria entre uma empresa portuguesa EDISOFT e uma espanhola a INSA - Engenharia e Serviços Aeroespaciais (congénere da NASA) que vão celebrar

um protocolo no próximo mês de Dezembro com o Governo Regional para a instalação de sistemas de produção de tecnologia de ponta. Como aconteceu com o turismo há alguns anos, e por analogia, estamos certos que caminhamos com passos seguros para a construção de um "cluster tecnológico" que abrirá novas fronteiras de emprego qualificado e de vantagens económicas ligadas ao conhecimento.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A política de protecção civil que encetámos há 10 anos tem-se caracterizado por um forte investimento que representa no plano de 2007 um aumento superior a 700% em relação a 1996.

O Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores é sinónimo de maior segurança e credibilidade pelas reformas que introduzimos nos últimos anos e pelo investimento realizado, tendo mesmo recentemente representado o País num exercício europeu.

Só nesta legislatura já investimos cerca de 19 milhões de euros na segurança dos Açorianos. Aumentámos o número de tripulantes de ambulância, temos ainda a rede de comunicações de emergência mais moderna do País, diversos programas de formação e sensibilização inexistentes anteriormente e que hoje já funcionam, forte cooperação técnico-científica com a Universidade dos Açores, que melhorou a disponibilização de dados e a prontidão e a eficácia das respostas da Protecção Civil, novas valências de actuação como o socorro a náufragos na orla costeira, com a aquisição de novos barcos que servirão 10 corporações de bombeiros, e até ao final desta legislatura existirão ambulâncias medicalizadas que servirão todas as ilhas. Finalmente, estamos a elaborar uma nova legislação pioneira no País que tipificará as viaturas dos corpos de Bombeiros da Região

Nos próximos anos para além de algumas infra-estruturas que assumimos como compromissos centraremos ainda mais a nossa atenção na qualificação dos recursos humanos deste sistema, ajustando a formação a novas exigências decorrentes de riscos e vulnerabilidades que impendem sobre os Açores.

O esforço que o Governo Regional continua a fazer é visível e corresponde a um projecto de segurança e defesa civil nos Açores, balizado por um planeamento estratégico, pela qualificação de recursos humanos e pela sensibilização e informação da população da nossa Região.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano de Investimentos para 2007 da SRHE assegura o cumprimento do Programa do Governo, contribui para o desenvolvimento de domínios fundamentais da economia regional sem descurar aspectos sociais e, deste modo, traduz a confiança e a força do movimento da Sociedade Açoriana sufragados em Outubro de 2004, cabendo ao Governo, como tem sido feito gerar novas políticas num tempo novo, de modo a que o projecto responsável pela mudança em 1996 nunca se deixe ultrapassar por essa mesma mudança. É isso que estamos a conseguir!

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Está aberto o debate.

Não havendo inscrições, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro para uma intervenção.

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

"Narra mihi factum, narrabo tibi jus".

Chegados que estamos a este tempo, assaltou-me ao pensamento este velho e significativo aforismo jurídico.

Na verdade, debater e avaliar o Plano e Orçamento Regional para 2007 impõe um contexto. O seu próprio contexto.

O Partido Socialista governa os Açores há dez anos.

Secretário Regional da Presidência *(Vasco Cordeiro):* E bem!

O Orador: Uma década de Poder.

É tempo para um balanço mais do que conjuntural. É razoável avaliar estratégias e resultados.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Também faz parte do contexto deste Plano e Orçamento, um novo enquadramento dos instrumentos e meios financeiros do lado da receita. Por sinal, e na esfera das melhores expectativas, teremos mais uma vez muitos milhões à disposição.

Não há, por isso, desculpas. Houve muito dinheiro até agora e não vai faltar para 2007.

Mas, …pergunta-se: os resultados até agora alcançados são compatíveis com os bons níveis de eficiência nos processos da economia pública?

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* São sim senhor!

Deputado Paulo Gusmão *(Indep.):* Não senhor!

O Orador: Isto é, a economia pública gerada directamente dos orçamentos e planos ou dos outros investimentos de "temática pública" – expressão familiar do Sr. Presidente do Governo – tiveram sucesso real na criação de riqueza e competitividade?

Secretário Regional da Presidência *(Vasco Cordeiro):* Tiveram sim senhor!

O Orador: Infelizmente, a resposta objectiva e fundamentada nos números e nos estudos insuspeitos de personalidades independentes é negativa. Perdemos a oportunidade, tempo e dinheiro.

Dez anos de governação socialista e de um modelo de desenvolvimento esgotado, revelam-se agora como uma oportunidade perdida. Continuamos longe do desejado movimento contínuo e acelerado de convergência com a União Europeia.

Deputado Lizuarte Machado *(PS):* Se é contínuo não é acelerado!

O Orador: No entanto somos a região ultraperiférica da Europa que mais dinheiro recebeu.

O aforismo jurídico acima citado, significa, apropriadamente, o seguinte: "Diz-me o facto, que eu te direi o teu direito".

Secretário Regional da Presidência *(Vasco Cordeiro):* Desculpe, mas não é isso!

O Orador: O senhor é que não sabe. Tem que aprender.

E os factos são esses, muito dinheiro gasto ao longo de dez anos – cada orçamento foi o maior de sempre – mas os resultados do nosso progresso sintetizam-se nestas reveladoras e recentes expressões do Professor Augusto Mateus, ex-Ministro da Economia do Governo do Eng.º Guterres, e passo a citar: "No capítulo da coesão económica, a Região manifesta carências significativas ao nível da sua capacidade de geração de riqueza (…)". Um facto! "No capítulo da coesão social, a posição debilitada da Região no contexto nacional traduz-se pela existência de um padrão de qualidade de vida (nível de esperança média de vida) e de qualificação do seu capital humano inferiores à média nacional".

Em relação ao número médio de anos de escolaridade, os açorianos detêm, em média, menos um ano de escolaridade do que o conjunto nacional.

O balanço de dez anos de governo socialista demonstra, afinal, incapacidade de mudar o paradigma do desenvolvimento dos Açores. Continuamos com o mesmo do mesmo!

E também em nome da ilha de São Miguel reclamo.

São Miguel, o principal motor do desenvolvimento açoriano, foi desvalorizado. E não pode continuar a conformar-se com a falta de apostas estratégicas da economia pública na sua própria economia.

Impõe-se que a economia privada de S. Miguel conte, estrategicamente, com o devido estímulo da economia pública, com padrões de qualidade e a quantidade que potenciem em pleno a sinergia da sua conjugação.

Basta! É urgente pôr em prática uma estratégia que garanta processos de desempenho competitivo na economia de S. Miguel, com recurso a indicadores de eficiência e eficácia. É, aliás, este, entre outros, o moderno conceito do desenvolvimento, o da competitividade.

O já velho PS da "nova autonomia" afinal, chegado ao poder, optou pelo "desviacionismo", da nomenclatura comunista. Desistiu das suas promessas e

de um novo modelo de desenvolvimento, que tanto reclamou, mas que não praticou.

"(…) O Governo que não é capaz de fazer-se valer, que choca com o novo saber ou que se apoia em experiências superadas não está em consonância com o dever de aprender, que a sociedade do conhecimento elevou à categoria de máximo imperativo categórico" Citei Daniel Innerarity, um ensaísta espanhol.

Deputado Nuno Amaral *(PS):* Logo vi que era um ensaio!!!

O Orador: É, afinal, esta falta de consonância que este Governo revela e tem revelado.

Não somos competitivos face à comparação com as taxas médias de desenvolvimento da Madeira, nem com as taxas médias nacionais. Estamos longe de acelerar na convergência com a União Europeia.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* O senhor também foi à Madeira, não foi?!

O Orador: Mas S. Miguel e os micaelenses têm muito capital de queixa, e não podem calar-se eternamente perante a incapacidade estratégica destes governos.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* O seu antigo chefe não foi à Madeira!

O Orador: Falta o senhor ir lá para aprender qualquer coisa!

Somos a maior ilha. Temos massa crítica. Representamos 54.5% da população da Região. Entre 1991 e 2001, crescemos 4,5%.

Somos a maior economia. Em geral, o volume de vendas em S. Miguel corresponderá a cerca de 76.5% do total da Região. No emprego temos uma taxa de actividade superior à média regional.

Apenas para que fique simbolicamente visto, o desagregado orçamentado para S. Miguel corresponde tão só a cerca de 27% do total do investimento público previsto para a Região.

Desde 2000, que os micaelenses esperam pelas obras nas estradas para o Nordeste. As Scuts foram prometidas em 2001, estamos no fim de 2006 e nada está feito. As acessibilidades terrestres em S. Miguel são estratégicas para o

desenvolvimento e para o combate às assimetrias internas, mas foram abandonadas. No projecto das Scuts excluiu-se o Concelho da Povoação. Até a via alternativa à Ribeira Quente, prometida logo na sequência das trágicas cheias de 1997, é hoje, apenas e só, uma visão. Talvez esteja naquele plano das intenções da Deputada Cláudia. Nada feito até hoje. A estrada regional, via Norte, de acesso à zona poente da ilha está degradada, perigosa e abandonada.

A insegurança rodoviária e a insegurança pública em S. Miguel são preocupantes. As populações (não sou só eu, nem é só o PSD) queixam-se, só o governo parece distraído.

Secretário Regional da Presidência *(Vasco Cordeiro):* Isso é falso! O senhor sabe que é falso!

O Orador: Falso é o que o senhor anuncia!

O projecto "intervenção específica em Rabo de Peixe" tem sido, desde que foi pomposamente anunciado, uma falácia em matéria de execução. A execução média do período 2001/2004 não chegou a metade. Este ano, a execução de nove meses atinge os míseros 38%.

Mas à falta de segurança, de obra e de betão, não só do micro, há ainda a acrescentar os níveis da qualidade de vida dos micaelenses.

A taxa de mortalidade em S. Miguel é de 18.9‰. Nos Açores é de 11‰. No Serviço Regional de Saúde, as camas por habitante em S. Miguel é 4.6, nos Açores é de 7.2.

A esperança média de vida à nascença na ilha de S. Miguel é a mais baixa dos Açores.

Em matéria de taxas de analfabetismo, é nos concelhos de S. Miguel onde se revelam os níveis médios superiores, quer no contexto regional, quer no contexto nacional.

São os Açores que têm no plano nacional a percentagem mais elevada do índice de pobreza segundo o rendimento. Infelizmente, é em S. Miguel que se podem encontrar das maiores bolsas de pobreza dos Açores.

S. Miguel reclama desenvolvimento e competitividade.

S. Miguel recusa o travão à velocidade do seu próprio potencial. Exige-se sentido estratégico no investimento público regional. Para os Açores exige-se estratégia para a promoção da sua coesão social e económica.
Disse.
Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Independente)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.
(*) **Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** *(José Contente):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Uma breve referência à questão da rede viária de São Miguel.
É preciso ter a memória muito curta, mas mesmo muito curta, para as pessoas não se lembrarem da rede viária em São Miguel à data de 1997.
Nós conhecemos, pelos dedos, as estradas que têm o célebre asfalto betuminoso e nós conhecemos também as intervenções que foram feitas na rede viária em São Miguel a partir dessa data.
Nós conhecemos também a determinação do Governo em levar a cabo um projecto difícil, complexo, que está agora na sua ponta final em termos administrativos e que vai ser a maior reforma viária que São Miguel terá num prazo muito dilatado.
Relativamente à estrada alternativa da Ribeira Quente, eu quero dizer, e já foi anunciado várias vezes, inclusive pelo Sr. Presidente do Governo, que nós estamos, junto com a Secretaria da Agricultura e Pescas, a retomar um processo pelo Caminho do Agrião para fazer isso, mas é preciso não esquecer também o que foi feito na Ribeira Quente. Na Ribeira Quente foram investidos mais de 30 milhões de euros nas ribeiras, no porto, na Avenida Marginal, nos loteamentos, no novo ordenamento, até num heliporto que foi lá construído, depois da calamidade que se abateu naquela freguesia.

Infelizmente, pela situação geográfica de muitas freguesias, há muitas freguesias nos Açores que ainda só têm uma alternativa.

Relativamente à intervenção específica de Rabo de Peixe, é também preciso ter falta de memória para não perceber o que era Rabo de Peixe e o que é Rabo de Peixe, o porto, a marginal, os novos loteamentos do Bairro dos Pescadores e da Cova da Moura, o Cineteatro e todos os investimentos que estão a ser feitos agora.

Portanto, Rabo de Peixe não tem nada a ver com aquilo que era antigamente.

É preciso ser correcto nessas matérias e não fazer como ultimamente o PSD faz. O PSD é um óptimo "condutor", mas já todos vimos que é só no "banco de trás".

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento** *(PS):* Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

A gestão do nosso tempo obriga-me a fazer uma intervenção telegráfica, mas vou referir algumas questões e fazer alguns esclarecimentos breves.

A primeira, Sr. Deputado, é que todos nós já estamos fartos de, no mês que antecede a discussão do Plano e do Orçamento nesta casa, haver um conjunto de iniciativas, de insuspeitos especialistas, economistas e desenvolvimentistas a tentarem dar lições de governação…

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* O Augusto Mateus!

O Orador: … ao Governo Regional.

Desta feita, a iniciativa foi liderada pelos insuspeitos Mário Fortuna e Berta Cabral.

Portanto, isto no fundo só atesta a incapacidade do PSD, enquanto partido, de se afirmar, com alternativas e com propostas recorrendo para isso a outras organizações.

Alertava também para a curiosidade, Sr. Deputado, do senhor nunca ter utilizado a expressão do modelo de desenvolvimento dos Açores. O senhor utilizou a expressão de esgotamento do ciclo político.

Eu só queria alertar o Sr. Deputado que a última vez que o PSD utilizou essa expressão o Partido Socialista teve a maior votação, teve a maior maioria absoluta de sempre na Região. Portanto, o senhor tem aí a resposta às suas teorias de fim de ciclo.

Também é interessante ver a lição pífia que o senhor veio aqui dar, de estratégia de investimento e de lição de desenvolvimento. O senhor veio aqui, no fundo, "carpir" com uma intervenção pequenina, pessimista. Veio fazer aqui a sua lamentação…

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* Eu fiz o oposto! Eu reivindiquei!

O Orador: … nesta tribuna, transformada em muro de lamentações, mas nós sabemos, Sr. Deputado, que a sua lamentação é outra e tem mais a ver com o que se passa num certo edifício na Rua de Santa Luzia do que propriamente com os investimentos na Ilha de São Miguel.

Por isso, Sr. Deputado, lhe digo, a sua intervenção é falhada e representa apenas aquilo que nós lhe reconhecemos Sr. Deputado, que é o facto do senhor ser o náufrago mais inconformado neste "navio fantasma" em que se transformou a bancada do PSD e o seu partido.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado veio aqui reclamar, pela Ilha de São Miguel…

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* Ora bem, já corrigiu!

O senhor e todos os Srs. Deputados eleitos pela Ilha de São Miguel também deviam reclamar, mas pelo contrário, acomodam-se!

O Orador: … em especial no que se refere a algumas coisas relacionadas com o Concelho da Ribeira Grande, e em especial com a Vila de Rabo de Peixe, com o cumprimento e execução do orçamento.

Relativamente à execução, o senhor fique descansado que essa execução será próxima dos 100%, como foi em muitos anos e até agora.

No que se refere à Vila de Rabo de Peixe, eu aconselho o Sr. Deputado a dar uma volta por lá, porque já há algum tempo que por lá não passa. Foi lá com a Sra. Secretária de Estado da Habitação, pelas mãos da Sra. Secretária de Estado, e nunca mais lá voltou de certeza para ver o quanto diferente é a Vila de Rabo de Peixe hoje do que era do passado.

O Sr. Deputado se estivesse lá há cerca de 15 dias, via a alegria daquelas famílias da Cova da Moura que receberam a sua casa nova, a satisfação que tiveram, porque este Governo está a acabar com uma bolsa de pobreza em Rabo de Peixe.

Passaram-se anos e anos sem se construir uma casa em Rabo de Peixe. Foi construído um bairro nos anos 70 e a partir daí passaram-se 20 anos sem se construir uma casa.

Hoje, Rabo de Peixe ao nível da habitação é diferente, diferente para melhor e deixará de ser uma mancha negra na Ilha de São Miguel.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Hoje, a Vila de Rabo de Peixe é diferente no seu litoral e continuará a ser modificada.

Hoje, com a sua marginal e com aquilo que se vai fazer na Cova da Moura, a costa litoral de Rabo de Peixe será completamente diferente do que era no passado.

Hoje, Rabo de Peixe é diferente ao nível da educação e dos jovens.

O senhor hoje passa por Rabo de Peixe, de manhã ou à tarde, e não vê a quantidade de crianças que viu no passado abandonadas na rua. Hoje, em Rabo

de Peixe existe um conjunto de ATL que ocupam os alunos quando não têm aulas nas escolas.

Temos um problema em Rabo de Peixe que é o desdobramento, mas estamos a trabalhar na construção da nova escola de Rabo de Peixe onde vai haver uma área para os alunos do 1º ciclo de modo a que resolvamos de uma vez por todas o problema das escolas daquela freguesia.

Há pouco o Sr. Secretário da Educação disse que o PSD, relativamente às escolas, foi mal na sua construção e o que disse em relação a Rabo de Peixe é igual. Se o senhor conhece as escolas construídas pelo PPD/PSD, em relação às Rabo de Peixe, foram de péssima qualidade e vão levar a que se faça uma reestruturação em todas as escolas do 1º ciclo na Vila de Rabo de Peixe.

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* O senhor devia fazer parte da equipa de fiscalização!

O Orador: Relativamente ao porto de Rabo de Peixe, nós tínhamos uma rampa de varagem. Hoje, podemos dizer que temos um porto em Rabo de Peixe, com todas as condições para os pescadores daquela vila. Temos pena que às vezes não haja o arrojo que há em outras ilhas em termos das pessoas concorrerem a embarcações de nível mais elevado. Eu julgo que aqui temos uma história…

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* História insatisfatória!

O Orador: … e relativamente à Vila da Rabo de Peixe o senhor não pode apontar nada sobre ela. Naquela tribuna devia era reconhecer o trabalho que está a ser feito naquela vila.

Relativamente ainda à Ilha de São Miguel, os valores que o senhor apontou alguns são reais, no que concerne à educação.

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* São todos!

O Orador: Não são todos!

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* O senhor não tem capacidade analítica, nem política, para avaliar nada do que eu citei!

O Orador: Alguns são reais, por exemplo, em relação à taxa de alfabetização, mas o senhor conhece a história da taxa de alfabetização da Ilha de São Miguel para vir fazer aquela análise?

Faça uma análise da taxa de alfabetização dos Açores e vai ver que na Ilha das Flores e na Ilha do Faial sempre houve taxas à volta dos 6% e na Ilha de São Miguel eram dos dois dígitos. Ainda continua nos dois dígitos, mas nas outras ilhas era de 6 e 7%. É uma análise que não é correcta fazê-la aqui.

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* Está errado, Sr. Deputado!

O Orador: Relativamente aos empresários da Ilha de São Miguel, acredito que os empresários acreditem no projecto do Partido Socialista.

Há um conjunto de apoios que quem tem aproveitado em grande quantidade são os empresários da Ilha de São Miguel e aí quando o senhor faz uma leitura enviesada do plano, vai ver nos sistemas de incentivos quem são os empresários que mais aproveitam.

Quando diz que nas Ilhas da Coesão há alguma dificuldade, há ilhas que aproveitam esses apoios. Faça essa leitura e vai ver que é muito diferente da ideia pessimista que apresentou ali da Ilha de São Miguel.

São Miguel continuará a ser o motor do desenvolvimento dos Açores.

Deputado Nuno Amaral *(PS): Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

(*) **Deputado António Pedro Costa** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria congratular-me aqui com todos esses milhões que são canalizados para Rabo de Peixe. Muitos são os milhões e muitas são as obras! Reconheço esse trabalho e poderia reconhecer mais se fosse convidado para tantas inaugurações, tantos lançamentos de pedra que se fazem em Rabo de Peixe.

Reconheço o trabalho e muitos são os milhões que no passado, como no presente, têm ido para Rabo de Peixe.

Deputado Nuno Amaral *(PS):* O Sr. Deputado Bolieiro é que não reconhece!

O Orador: No entanto, eu gostaria de colocar uma questão: qual é a eficácia social de todo este investimento?

Deputado Jorge Macedo *(PSD): Muito bem!*

O Orador: Quando os senhores foram para o Governo disseram que iriam mudar a face de Rabo de Peixe. Deu a volta a Rabo de Peixe?

Eu gostaria de saber se, de facto, com todo este investimento, o estigma desta nossa Vila já desapareceu? As mentalidades mudaram? O dramático abandono escolar também desapareceu?

Deputado José Rego *(PS):* Completamente diferente!

O Orador: Há 11, 12 ou 15 anos os senhores vinham dizendo que se estivessem no Governo Rabo de Peixe seria diferente!

Deputado José Rego *(PS):* Já é diferente!

O Orador: Reconheço que alguma coisa mudou. Tinha mais que ver se não tivesse mudado!

Gostaria de estar aqui exactamente a tecer loas para que o resultado desse investimento, desse desenvolvimento, fosse muito melhor e que Rabo de Peixe fosse a Vila que merece ser e que a sua população fosse tratada com determinação em termos sociais e culturais, para que fosse uma terra onde não houvesse estigma, uma terra onde o programa específico tivesse um resultado muito mais positivo do que aquele que neste momento tem.

Obrigado.

Deputada Maria José Duarte *(PSD): Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(*) **Deputado José Manuel Bolieiro** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente, porque o tempo é escasso, para registar a seguinte nota:

Foi precisa a minha intervenção para que São Miguel tivesse aqui surgido num debate, e firmada a defesa de uma ilha fundamental para o desenvolvimento dos Açores, no processo da economia pública que aqui se discute no Parlamento.

Segunda nota, para dizer, com a humildade de quem fala com a consistência científica dos números, que não consinto uma única alteração, nem nenhum desvio a nenhum daqueles números que aqui apresentei na minha intervenção.
Terceira nota, também de humildade:
É óbvio que se reconhece o que é feito. Não posso concordar, no entanto, como o Sr. Deputado José Rego, que estando contente com o que está feito se conforma.
Eu manifesto contentamento com o que está feito e insatisfação por aquilo que não está feito ou está mal feito. Esta é diferença para quem tem olhos para ver São Miguel como ele é, e se dispõe a fazer um balanço global.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Última nota ao Sr. Presidente do Governo que muito se empenhou na questão da intervenção específica de Rabo de Peixe. Vou dar números que não posso aceitar que sejam contestados porque são do próprio Governo.
Em 2001, 2 milhões, 661 mil euros previstos para a intervenção específica; 487 mil euros foram investidos. Uma execução de 18.3%.
Em 2002, 4 milhões, 858 mil euros. A execução foi de 35%. E por aí adiante.
Este ano, tal como citei na minha intervenção, 38% de execução!
Deputado José Rego *(PS):* Diga os outros!
O Orador: A propósito de pobreza. Sr. Deputado, está satisfeito com as bolsas de pobreza em São Miguel?
É o Presidente da Caritas de São Miguel que relata, com precisão, e insuspeita precisão, que os pobres são mais de 30 mil e os desempregados mais de 24 mil.
É com isso que está satisfeito? Eu não estou!
Muito obrigado.
Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Independente)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão** *(Indep.):* Sr. Presidente, é para pedir a defesa da honra e posso justificar.

O Sr. Deputado Bolieiro, a quem respeito e estimo, disse que foi preciso trazer aqui a sua intervenção para que se falasse da Ilha de São Miguel e eu gostaria, como deputado eleito por aquela ilha, de justificar o motivo pelo qual …

Presidente: Sr. Deputado, …

O Orador: Sr. Presidente, é nos termos…

Presidente: Eu não autorizo que use o expediente da defesa da honra.

O Orador: Sr. Presidente, é nos termos do artigo 83º…

Presidente: Não precisa dizer o artigo, porque sei os artigos de cor, Sr. Deputado.

O Orador: … que diz expressamente, "sempre que um Deputado se sentir ofendido na sua consideração".

Portanto, como Deputado eleito pela Ilha de São Miguel…

Presidente: Sr. Deputado…

O Orador: Sr. Presidente, eu ainda não conclui o meu requerimento. Depois, V. Exa. autoriza ou não, mas deixe-me pelo menos concluir o meu requerimento e a argumentação pela qual eu entendo que devo poder falar.

Eu optei (e falo por mim, os Srs. Deputados de São Miguel, sejam do PSD ou do Partido Socialista falarão por si) por trazer a esta câmara, uma vez que só tinha 10 minutos, a questão do orçamento e não do plano, porque o Orçamento, conforme já aqui disse, tinha 3 princípios que são desastrosos para a Região. Como Deputado Regional entendi que deveria pegar nesse tema, porque faz com que a gente vá gastar…

Presidente: Sr. Deputado, estou à espera que justifique por que é que pediu a defesa da honra.

O Orador: Eu pedi para explicar por que é que não pude falar sobre a Ilha de São Miguel.

O Sr. Deputado Bolieiro trouxe aqui uma intervenção que é de louvar, julgo que é histórico, porque é marcante a forma como trouxe aqui a necessidade

com que é preciso olhar para a pobreza em São Miguel, aquilo que são as freguesias abandonadas, mas ao mesmo tempo não pude falar sobre esse tema e é isso que estou justificando ao Sr. Presidente, porque optei pelo mau orçamento que o Partido Socialista trouxe a esta casa. Mas gostaria imenso de acompanhar o Sr. Deputado Bolieiro na desgraça que ainda existe em termos de pobreza, até à volta da casa do Sr. Presidente da Fajã de Baixo, e gostaria de acompanhar essa preocupação que há na Ilha de São Miguel e, como Deputado, essa é a minha função.

Presidente: Sr. Deputado…

O Orador: Já sei que vai recusar, é isso?

(Risos da câmara)

Não me vai deixar falar.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado, eu não vou autorizar que o senhor faça isso mais vez nenhuma.

Acho que isso foi extremamente deselegante para uma pessoa que tem a melhor das boas vontades em dirigir este Parlamento. Portanto, isso foi um manifesto abuso e nem sequer vou admitir que fale agora.

Ponto final nesta questão.

Deputado Paulo Gusmão *(Indep.):* Peço desculpa!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Maria Gonçalves.

Deputado António Maria Gonçalves *(PSD):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Penso que estamos perante uma coincidência muito interessante ao passar nesta tribuna dois Deputados, de uma forma consecutiva (um de uma ilha com uma realidade suposta), dando os seus pontos de vista marcados por tantas diferenças e ao mesmo tempo por tantas analogias.

Deputado Clélio Meneses *(PSD): Muito bem!*

O Orador: Lançamos neste caso as considerações que aqui vos traz um açoriano das Flores.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Debater o Plano e Orçamento Regional para 2007 não dispensa uma análise aos resultados da governação socialista dos últimos 10 anos.

Gostaria de estar aqui a fazer um balanço de sucesso que infelizmente não é possível fazer. Cada Plano Anual, durante 10 anos, foi sempre anunciado como o maior de sempre, mas de pouco serviu para a ilha das Flores e para os florentinos.

Nas Flores somos 3.991 pessoas. Correspondemos a 1.6% dos açorianos, mas comparativamente aos censos de 1991, a nossa população diminuiu 10%.

E a nossa expectativa não é muito animadora, pois temos uma taxa de natalidade de 6.5‰, enquanto a média dos Açores é de 12.5‰. O mesmo se observa quanto à taxa de mortalidade, que é de 13.8‰, quando a média regional se queda pelos 11‰.

O factor do envelhecimento populacional gera maior dependência da Segurança Social e esse facto é bem visível na ilha das Flores.

Os pensionistas ascendem a 28.4% da nossa população, enquanto que nos Açores a média é de 21%.

O número de alunos matriculados decresce de ano para ano. Por referência à estatística de 2004, eram 739, ou seja, 18.5% da população, o que corresponde a uma quebra de 16.6% em relação a 2001.

Como se vê, 10 anos que não criaram condições para melhores perspectivas demográficas ou fixação de mais população. E sem pessoas não há desenvolvimento!

Deputados José Manuel Bolieiro e Pedro Gomes *(PSD): Muito bem!*

O Orador: Em matéria de emprego ou de empregabilidade, as conclusões são idênticas. Temos uma taxa de actividade de cerca de 22%, enquanto a da Região é de 46%, por sinal, a mais baixa do País.

Volvidos estes 10 anos, o que se pode concluir do estado da economia na ilha das Flores?

Lamentavelmente, a conclusão é desanimadora. Se por um lado assistimos a um aumento de empresas com sede na ilha, na sua maioria empresários em nome individual que assim tiveram de se constituir para poderem trabalhar à factura, com a precariedade que isso implica, não se perspectiva, como devia, um fortalecimento na criação de riqueza e de emprego.

Por necessidade, as pessoas continuam a sair das Flores e são raros os jovens que uma vez saindo, pensam poder voltar. Com eles arrastam suas famílias num êxodo que já se tornou irreversível.

Atentemos nestes dados sintomáticos da debilidade da economia pessoal e familiar dos Florentinos: por referência ao ano económico de 2004, os depósitos diminuíram um milhão e os créditos baixaram dois milhões de euros em relação a 2001. Sinais de uma sociedade economicamente em retrocesso.

A Ilha das Flores desfruta do estatuto de Ilha da Coesão, mas o processo em curso não dispensa a grande necessidade de intervenção impulsionadora do poder público, acelerando o crescimento socioeconómico que ambicionamos.

Na verdade, a soma de um conjunto de obras públicas básicas, avulsas, previstas, não é suficiente para definir uma estratégia de desenvolvimento para a Ilha das Flores,…

Deputado Clélio Meneses *(PSD): Muito bem!*

O Orador: … estratégia coerente e capaz de promover a economia definhada da ilha e o objectivo de ali fixar as pessoas, motivando os nossos jovens a regressarem ao lugar que os viu nascer e onde encontram as suas raízes. Uma sociedade que não se renova é uma sociedade condenada!

Estes são os nossos problemas do presente, sem que os 10 anos agora celebrados se tenham mostrado capazes de resolver ou pelo menos minimizar.

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD): Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Noutras intervenções nesta casa já tive ocasião de dizer, e agora repito, que o problema das acessibilidades à ilha das Flores deve merecer uma especial atenção por parte de quem governa.

A ilha das Flores não pode continuar sem uma ligação aérea ao Domingo.

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Impõe-se pelo menos a existência de um voo diário. É mais útil um voo diário do que dois voos à segunda-feira, com ocupação reduzida. Seria muito importante conceder aos florentinos a possibilidade de poderem partir ou chegar à sua terra em qualquer um dos dias da semana.

Urge garantir aos florentinos o acesso à Internet em banda larga, sem deficiências na ADSL, como forma de os igualar no acesso ao conhecimento e enriquecimento cultural e pessoal, imprescindível na criação de novos serviços e impõe-se também, que a rede móvel de telecomunicações tenha uma cobertura de sinal, sem quebras, em todas as freguesias. O respeito e a solidariedade para com os florentinos requer que lhe sejam facultados essas ferramentas da modernidade em qualidade, por se revestirem como meio importante de acesso ao mundo e ao trabalho e no segundo caso até como instrumento de segurança.

Este Plano prevê um nível de investimentos para as Flores de 17 milhões, 618 mil e 437 euros.

É o terceiro valor mais baixo do investimento público previsto para cada uma das nossas ilhas!

Mas ainda assim, seria importante vislumbrar uma estratégia e a qualidade do impacto do investimento público na economia e na coesão social e económica das Flores, face ao contexto regional, nacional e comunitário.

Ainda mais importante seria poder afirmar que os florentinos face às condições estruturais devidas à localização da ilha e ao respectivo nível de desenvolvimento, deviam dispor de um conjunto de meios que lhes garantisse, pelo menos no essencial, igual nível de qualidade de vida das restantes ilhas da Região.

Quando queremos falar de equidade não podemos tratar por igual aquilo que é desigual!

E as condições sócio económicas da Ilha das Flores justificam medidas extraordinárias de apoio aos florentinos de natureza diversa daquelas que vigoram na Região, sejam no campo da saúde, facultando-lhes, por exemplo, um maior acesso à medicina privada, suportando o Governo Regional os custos daí decorrentes, face ao escasso valor dos reembolsos que se recebem nessas situações. O que se verifica é que apesar das vantagens inquestionáveis da telemedicina o número de deslocações para fora da ilha não decresce e isso tem custos para as pessoas que na maioria das vezes os suportam com dificuldade.

Poderíamos ainda dar exemplo de outras situações de carência na ilha das Flores, como por exemplo a necessidade de existência na ilha de uma sala de desmancha, tão necessária aos agricultores, para afirmar e rentabilizar o seu produto singular desta ilha nos mercados cada vez mais globais. Mas são tantas as situações que, reafirmo, o necessário é saber reconhecer a especial perificidade da Ilha das Flores numa Região Ultraperiférica da Europa.

Pelo desenvolvimento das Flores, pelos Açorianos que lá vivem, levantamos a nossa voz, a nossa vontade e a nossa convicção!

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

(*) **Deputado Manuel Herberto Rosa** *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Maria Gonçalves:

V. Exa., sinceramente, teve uma recaída, mas, enfim, acontece.

Teve uma recaída porque em Setembro, e nós bem nos lembramos, tentou nesta casa apropriar-se de um memorando do Conselho de Ilha das Flores, de preparação da visita estatutária e aquilo foi uma lamentação porque faltava isto, faltava aquilo e faltava aquele outro, e era estradas, pontes, etc.

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* É património reivindicativo da população!

O Orador: Era uma desgraça que só visto!

Claro que V. Exa. a seguir, e depois da visita, "meteu o jogo dentro". E quando eu fui àquela tribuna fazer uma intervenção em Outubro dando conta dos resultados da visita, V. Exa., aos costumes, disse nada.

Quando eu vi dirigir-se agora à tribuna, sinceramente pensei que, em coerência, V. Exa. ia fazer uma coisa muito simples, talvez não batesse palmas, talvez não manifestasse uma grande alegria, mas sendo uma pessoa séria e honesta eu esperava que tivesse pegado no parecer do mesmo Conselho de Ilha e dissesse:

"Considerando ainda que obras importantes como a construção de um Lar de Idosos, a construção de um Núcleo de Recreio Náutico, a construção de um edifício polivalente, a reabilitação da cabeça do molhe do porto das Lajes, a construção de um edifício para a Segurança Social, a criação de uma biblioteca, a reabilitação da Fábrica da Baleia e construção de um hotel, a continuação e reabilitação das estradas regionais e a construção de um gimno-desportivo, que entende ser investimentos que merecem realce, deliberou o conselho, por unanimidade, emitir parecer favorável à ante-proposta do Plano Regional Anual para 2007, exortando o Governo Regional dos Açores para que todos estes investimentos se concretizem de acordo com a sua programação para satisfação dos justos anseios da nossas populações e para o progresso e desenvolvimento da nossa ilha".

Foi isto que o conselho escreveu e que está anexo ao Plano. Não sei se V. Exa. teve o cuidado ou a atenção de ver este ponto.

Falando de umas coisas mais concretas, V. Exa. sabe porventura que o hotel e a reabilitação da fábrica vão custar cerca de 5 milhões de euros e que não estão inscritos no Plano, porque vão ser financiados pela "Ilhas de Valor, SA"?

Deputado Osório Silva *(PS): Muito bem!*

O Orador: Sabe? Não sabe? Ou não quer saber?

V. Exa. sabe que a telemedicina, porque é uma coisa virtual através do ETER, não cura, apenas permite fazer diagnósticos?

Ou V. Exa. pensa que a telemedicina é assim uma coisa que se injecta não sei através de quê, nem como?

É preciso ser rigoroso, é preciso saber do que é que se está falando, Sr. Deputado.

Portanto, não é possível dizer coisas como V. Exa. disse.

V. Exa. disse coisas interessantes, que nós temos poucos nascimentos, mas temos uma taxa de mortalidade infantil muito baixa graças ao Governo do Partido Socialista e ao trabalho que tem feito na saúde!

Nós temos muitos idosos. Temos sim senhor, graças aos cuidados de saúde que permitem uma melhor qualidade e maior duração de vida. Isto resulta do esforço que este Governo tem e dos investimentos que tem feito na área da saúde e que de vez enquanto são para aí apelidados de desperdício.

Vamos ser coerentes.

Uma última coisa para acabar este pedido de esclarecimento, e um pedido de esclarecimento concreto:

O Sr. Deputado acha que a construção do Lar de Idosos das Lajes é uma obra avulsa?

Muito obrigado.

Deputados António Toste e Nuno Amaral *(PS): Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A ultraperiferia extrema foi um conceito defendido por nós aquando da conferência no Porto Santo.

Se há ilhas onde faz sentido o conceito de ultraperiferia extrema, elas são justamente as Flores e o Corvo.

Eu reconheço as obras que estão sendo feitas, o investimento que está a ser feito e não ponho em causa, nomeadamente em Ponta Delgada, nas Flores.

Agora eu queria referir-me especificamente à questão das acessibilidades, porque cada vez que muda o horário da SATA os florentinos ficam pior servidos. Vou dar-lhe um exemplo, muito concreto:

Com o actual horário da SATA, um florentino que se queira deslocar à Terceira à Sexta-Feira não pode. Nem pela Horta, nem por São Miguel apanha o avião para a Terceira. Se vier para a Horta fica apeado na Horta, se for por São Miguel fica apeado em São Miguel e não chega à Terceira.

Portanto, aumentar as acessibilidades é aumentar para essas ilhas da periferia extrema. E temos obviamente que redimensionar os horários da SATA a essa gente, prioritariamente. Já não me refiro às acessibilidades externas para irem ao Continente.

É preciso que o Governo olhe com atenção quando a SATA faz os seus horários. Que respeite, que tenha em atenção a acessibilidade ao exterior daqueles que estão mais isolados, ainda por cima ilhas sujeitas a vários temporais, a vários cancelamentos. A Ilha das Flores é talvez das ilhas onde mais voos cancelam.

Se já estão diminuídas pelas condições climatéricas, não vamos diminui-las administrativamente. Julgo que é uma questão de justiça reequacionar os horários da SATA e aumentar por direito as ligações dos florentinos ao exterior.

Concluindo, a política do aeroporto da Horta ser o aeroporto de referência, está agora a dar os seus resultados.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão** *(Indep.):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Antes de mais, queria pedir desculpa se porventura há pouco excedi-me na interpretação que fiz do Regimento.

De qualquer modo, o facto porque o fiz é porque entendo também a conferência de líderes não aplicou correctamente o Regimento no meu caso, tendo-me dado apenas 10 minutos.

Aquilo que o Regimento diz é que dado a cada Grupo ou Representação Parlamentar o mínimo de 10 minutos e ao Deputado Independente o mínimo de 5 minutos e depois o resto do tempo é distribuído proporcionalmente pelos Deputados. O que é que isto significa? Significa que, no caso, o mínimo que me devia ter sido dado eram 15 minutos (10 por deputado e 5 de base), o que na prática eu requeria para se repor isto.

Sei que para os presentes não significa nada, mas para mim é a possibilidade de poder dizer umas palavras no final. Queria fazer um requerimento ao abrigo do artigo 87º para serem repostos estes 6 minutos a que tenho direito para poder fazer uma intervenção final.

Obrigado.

Presidente: Está o Sr. Deputado a produzir um requerimento oral quanto ao funcionamento dos trabalhos.

O Sr. Deputado entende que há uma interpretação errada do Regimento e que devia ter mais 5 minutos e não só os 10 que lhe foram atribuídos.

Como sabem, quando são apresentados requerimentos eles não são discutidos, são imediatamente votados.

Eu admito o seu requerimento e ponho à votação.

Os Srs. Deputados que concordam em atribuir mais 5 minutos ao Sr. Deputado Independente, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

(Pausa)

O requerimento foi indeferido, Sr. Deputado.

Chegámos às 20 horas. Os nossos trabalhos vão ser interrompidos até amanhã às 10 horas.

Passo a anunciar os tempos disponíveis:

Deputado Independente – 1 minuto;

CDS/PP – 37 minutos;

PSD – 116 minutos;

PS – 137 minutos;

Governo – 214 minutos.

Queria também chamar à vossa atenção para o seguinte:

Se este tempo for todo utilizado, dará 8 horas e 30 minutos, o que significa que com as declarações finais, a somar a esse tempo, o tempo de votação e os intervalos, o plenário de amanhã pode demorar até tarde. Portanto queria adverti-los para isso.

Boa noite. Muito obrigado e até amanhã.

Eram 20 horas.

(*) *Texto não revisto pelo orador*

A Redactora: *Maria da Conceição Fraga Branco*